

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM NÍVEL DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE
TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO – PROFNIT

EMMILLE ARRUDA DIOGENES

**METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS INTELECTUAIS DO POVO
TREMembÉ DA BARRA DO MUNDAÚ**

Manaus

2022

EMMILLE ARRUDA DIOGENES

**METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS INTELECTUAIS DO POVO
TREMembÉ DA BARRA DO MUNDAÚ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT, ponto focal Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Célia Regina Simonetti Barbalho

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Zau Mafra

Manaus

2022

Ficha Catalográfica
Catálogo na Publicação

D591m Diogenes, Emmille Arruda.

Metodologia de identificação de bens intelectuais do Povo Tremembé da Barra do Mundaú. / Emmille Arruda Diogenes. – Manaus: UFAM, 2022.

88 p. : il. ; 21x29,7 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, 2022.

Orientadora: Célia Regina Simonetti Barbalho.

Coorientadora: Rosana Zau Mafra.

1. Propriedade Intelectual - Brasil. 2. Povos Tradicionais. 3. Tecnologia Social. 4. Mapeamento. I. Barbalho, Célia Regina Simonetti Barbalho (Orient.). II. Mafra, Rosana Zau (Coorient.). III. Universidade Federal do Amazonas. IV. Título.

CDD – 346.81

EMMILLE ARRUDA DIOGENES

**METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS INTELECTUAIS DO POVO
TREMembÉ DA BARRA DO MUNDAÚ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de mestrado profissional, em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Faculdade de Estudos Sociais (FES) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação.

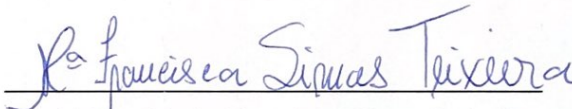
BANCA EXAMINADORA

Orientadora/Presidente:



Prof.^a Dr.^a Célia Regina Simonetti Barbalho
(PROFNIT/UFAM)

Membro Interno/PROFNIT:



Prof.^a Dra. Maria Francisca Simas Teixeira
(PROFNIT/UFAM)

Membro Externo/PROFNIT:



Prof.^o Dr. Marcio Akira Couceiro
(PROFNIT/UFRR)

Membro Externo/Profissional:



Prof.^a MSc. Maria Michele Colaço Pinheiro
(IFCE)

Aprovada em 15 de fevereiro 2022.

*“Dedicado aos Povos Tradicionais,
aos seus conhecimentos difusos e à
sua resistência.”*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois me permitiu estar viva para finalizar essa pesquisa, mesmo enfrentando tantas dificuldades neste período pandêmico da COVID-19, que tirou de mim tantas pessoas maravilhosas, dentre elas o meu amado esposo. Acredite, Deus é real!

Agradeço ao corpo docente e técnico desta Instituição pela oportunidade de fazer este curso. Eu louvo a vida de cada um de vocês, em especial as das minhas professoras, orientadoras deste trabalho, professora Célia Regina Simonetti e professora Rosana Zau. O apoio de vocês, a paciência e empatia com as minhas dificuldades foram cruciais para a conclusão desta etapa na minha vida. Agradeço à minha banca de qualificação de mestrado pela disponibilidade e considerações acerca da pesquisa, com certeza colaboraram com o melhor desenvolvimento deste estudo.

À minha filha, mãe, irmãs, sobrinhas, sobrinhos, sogra, sogro, cunhadas e cunhados pelo amor e incentivo. Vocês me fortalecem!

Ao meu amor, meu amigo e marido Wagner (*in memorian*), que nunca desistiu de mim, sempre me dando o melhor e ainda realizando o meu maior sonho: ser mãe da nossa Esmeralda. Ah, Mimô, não há um átomo no meu corpo que não anseie em te encontrar novamente. Amo você infinitamente infinito!

Agradeço aos meus amigos e colegas do PROFNIT, em especial à minha amada amiga Layde e meu amado amigo Françoan. Vocês foram totalmente fundamentais para que eu conseguisse persistir nesta jornada acadêmica. Nada que eu colocasse aqui daria a real dimensão do quanto eu sou grata por ter vocês em minha vida diariamente. Todas as nossas interações são pautadas no mútuo fortalecimento, no enaltecimento das nossas capacidades e no acolhimento das nossas dificuldades. Todos deveriam ter amizades assim e este é meu desejo para a humanidade em 2022. Agradeço também às minhas amigas da Confraria e aos amigos feitos aqui em Fortaleza nesse período de mudança. O apoio e orações de vocês foram imprescindíveis.

Agradeço aos amigos do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), minha antiga casa em Manaus, vocês foram muito importantes quando entrei no mestrado. Sou grata especialmente ao meu amigo Silvio Cesar, um chefe diferenciado, aos amigos Rafael, Joel (*in memorian*) e Hosana que me ajudaram nas trocas dos turnos, me presentearam com boas conversas e risadas, ao prof. David que tirava minhas dúvidas sempre que podia, agradeço à minha amada Jacira (Jaciii) que sempre me orientou, me ajudou com dicas de temas, de pesquisa e a todos que contribuíram com este projeto, em diferentes momentos no IFAM, minha gratidão.

Agradeço também aos amigos do Instituto Federal do Ceará (IFCE), *campus* Umirim, minha nova casa, vocês foram muito importantes nesse processo da pesquisa e redação da dissertação. Meu agradecimento mais que especial à minha coordenadora Renata, costumo dizer que ela é resposta de oração na minha vida, agradeço também ao ex-diretor Anderson pela oportunidade e confiança no meu trabalho, agradeço à diretora Michele pelo incentivo, conselhos e solidariedade. Outro agradecimento importantíssimo é à Antônia Sandra, coordenadora do NEABI, pois sem os seus esforços, orientações e mediações no processo de consulta à comunidade, não teria sido possível executar esse projeto, você foi crucial!

Ao final, tenho que agradecer imensamente ao Povo Tremembé da Barra do Mundaú, em especial a pessoa do Samuel, que foi solícito, dedicado e contribuiu primorosamente para a conclusão dessa pesquisa. Lembrarei e agradecerei a sua disponibilidade para sempre.

"O Senhor está perto dos que têm o coração quebrantado e salva os de espírito abatido"

Salmos 34:1

RESUMO

Este estudo propõe uma tecnologia social, em forma de guia de mapeamento, que possibilita ao Povo Tremembé da Barra do Mundaú habilidades para identificarem seus bens intelectuais. Discute-se a proteção de bens intelectuais de povos tradicionais como tema tratado em âmbito global, pois se reconhece a relevante contribuição desses grupos para a cultura, manejo da biodiversidade e inovações. Destaca a importância de proteger esses bens criados a partir do conhecimento e experiência desses povos, traduzindo-se como possível forma de evitar a extinção das suas identidades culturais, preservar sua relação com a biodiversidade e proteger saberes, competências e inovações criadas e repassadas por gerações. Trata-se de pesquisa qualitativa, sob a forma de estudo de caso, com coleta de dados bibliográfico, documental e de campo, onde foram realizados levantamento e análise de modelos de mapeamento existentes, que subsidiou a criação do Guia e a entrevista (remota) que contribuiu para a sua validação, junto ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Os resultados obtidos trazem elementos que demonstram que os modelos de mapeamentos analisados não oferecem autonomia irrestrita à comunidade, dependendo sempre de terceiros para ser realizado dentro do território. Vê-se ainda que o produto desta pesquisa está adequado à comunidade participante, bem como é moldável para ser utilizado por outros povos, conforme deve ser uma tecnologia social que intenta mitigar problemas reais.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Povos Tradicionais; Tecnologia Social; Mapeamento.

ABSTRACT

This study proposes a social technology, in the form of a mapping guide, which enables the Tremembé people of Barra do Mundaú to identify their intellectual assets. The protection of intellectual property of traditional peoples is discussed as a topic addressed at a global level, as the relevant contribution of these groups to culture, biodiversity management and innovations is recognized. It highlights the importance of protecting these goods created from the knowledge and experience of these peoples, translating into a possible way to avoid the extinction of their cultural identities, preserve their relationship with biodiversity and protect knowledge, skills and innovations created and passed on by generations. This is a qualitative research, in the form of a case study, with bibliographic, documentary and field data collection, where a survey and analysis of existing mapping models were carried out, which supported the creation of the Guide and the (remote) interview which contributed to its validation, with the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI) of the Federal Institute of Ceará (IFCE). The results obtained bring elements that demonstrate that the mapping models analyzed do not offer unrestricted autonomy to the community, always depending on third parties to be carried out within the territory. It can also be seen that the product of this research is suitable for the participating community, as well as being moldable to be used by other peoples, as it should be a social technology that tries to mitigate real problems.

Keywords: *Intellectual property; Traditional Peoples; Social Technology; Mapping.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Confeção de mapa conforme visão humanista.....	15
Figura 2. Mapa construído pela comunidade.....	15
Figura 3. Tecnologia Social em Comunidades Tradicionais – Biodigestor.....	18
Figura 4. Logo do NEABI/IFCE.....	23
Figura 5. Educação para a auto identificação.....	24
Figura 6. Diálogos e indicações de filmes.....	25
Figura 7. Mapa da Terra Indígena do Povo Tremembé da Barra do Mundaú	26
Figura 8. Manifestações culturais do Povo Tremembé da Barra do Mundaú.....	27
Figura 9. O Guia na plataforma <i>Canva</i>	42
Figura 10. <i>Print screen</i> referente à aprovação do projeto de pesquisa no CEP/CONEPUFAM.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Normativas e convenções internacionais sobre conhecimentos tradicionais.....	8-9
Quadro 2: Normativas e convenções nacionais sobre conhecimentos tradicionais.....	10-12
Quadro 3: Tecnologias Sociais e Eixos de desenvolvimento.....	18
Quadro 4. Mapeamentos realizados a partir dos anos 2000.....	31
Quadro 5. Identificação de mapeamentos para povos tradicionais.....	33-37
Quadro 6. Temáticas que compõem a Tecnologia Social.....	41

LISTA DE SIGLAS

NEABI Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas;

IFCE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;

TS Tecnologia Social;

CDB Convenção da Diversidade Biológica;

WIPO *World Intellectual Property Organization*;

CF Constituição Federal;

OIT Organização Internacional do Trabalho;

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

UFF Universidade Federal Fluminense;

DRP Diagnóstico Rural Participativo;

EPANB Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade;

DOP Desenvolvimento Organizacional Participativo;

ITS Instituto de Tecnologia Social;

INRC Inventário Nacional de Referências Culturais;

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 Propriedade Intelectual e Povos Tradicionais	7
2.2 Mapeamento de Conhecimentos Tradicionais.....	14
2.3 Tecnologia Social	17
3. PERCURSO METODOLÓGICO	20
3.1 Caracterização da pesquisa	20
3.2 Amostra e sujeitos da pesquisa.....	22
3.3 Coleta de dados.....	28
3.4 Etapa da análise dos dados.....	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
4.1 Identificação e análise dos Modelos de Mapeamento para Povos e Comunidades Tradicionais	30
4.2 Criação da metodologia de mapeamento dos conhecimentos tradicionais para o Povo Tremembé da Barra do Mundaú.....	40
4.3 Validação da Tecnologia Social: o Guia e sua utilização pelo Povo Tremembé da Barra do Mundaú	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	54
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista adaptado de Nascimento (2012)	58
APÊNDICE C – Mapeamento Participativo de Bens Intelectuais	60
ANEXO B – Aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética.....	88

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma das maiores sociodiversidades do mundo composta por uma formação populacional que abrange vários povos tradicionais que se relacionam com a biodiversidade de maneiras distintas, mas que buscam proteger e preservar o ecossistema em que estão inseridos (CDB, 2005).

A definição do que são povos tradicionais está compreendida no Art. 3º, inciso I, do Decreto Federal n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Dessa forma, para a legislação brasileira, é preciso haver características inerentes à cultura do grupo no modo como se relacionam com a comunidade e com o ecossistema que fazem parte, seja na conservação e/ou preservação do ambiente, ou na guarda e/ou transmissão dos saberes tradicionais.

Ainda na perspectiva das definições legais e fazendo uso do mesmo dispositivo legal, sob o olhar nos incisos II e III do artigo mencionado, as definições de territórios tradicionais e do que vem a ser o seu desenvolvimento sustentável são claramente expressas no texto legislador como:

Territórios Tradicionais são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, outras legislações. Desenvolvimento Sustentável é o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007, p. 1).

Desse modo, o dispositivo alia a necessidade de um território e dos recursos nele encontrados à formação social e cultural dos grupos que ali estão inseridos para considerá-lo um território tradicional, onde o uso sustentável das suas riquezas

é ideal para garantir a manutenção dos povos presentes e o desenvolver para as novas gerações.

Nesse sentido, a política nacional brasileira reconhece as contribuições feitas pelos povos tradicionais advindas dos conhecimentos e práticas retransmitidos, buscando estimular, por meio do desenvolvimento sustentável, a melhor gestão dos recursos naturais necessários à vivência desses povos e das gerações subsequentes.

Em consonância à política de Estado, a promulgação da Lei Federal n.º 13.123, de 20 de maio de 2015, regulamentou os direitos e obrigações relativos ao acesso ao patrimônio genético para fins comerciais e científicos, propôs modalidades de repartição de benefícios para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, juntamente com a proteção aos conhecimentos tradicionais associados.

A proteção da propriedade intelectual dos bens produzidos pelos povos tradicionais intenta reconhecer e resguardar os saberes e competências desses povos com vistas a promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades e impedir a apropriação indevida dos seus bens. Propriedade intelectual refere-se às criações da mente, oriundas do espírito humano, capazes de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural, permitindo aos criadores reconhecimento pela obra gerada e os benefícios financeiros dela decorrente (WIPO, 2016a).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) apresenta em seu escopo menções sobre a importância de resguardar os saberes e a cultura dos povos e comunidades tradicionais, articulando este trabalho entre o Estado e a sociedade, fazendo uso de ferramentas que possibilitam a realização de mapeamentos, inventários (que podem ser participativos), tombamentos, registros, guardas, entre outras formas de proteção em parceria (BRASIL, 1988).

O mapeamento participativo é uma ferramenta construída em conjunto, com a cooperação da comunidade, para facilitar a organização das informações da comunidade, conforme são identificadas as necessidades do grupo. Este identifica as dificuldades, os problemas, bem como as possíveis soluções encontradas para saná-las, dispondo essas informações em mapas, roteiros ou outros documentos e transforma o mapeamento em um instrumento relevante para a gestão dos dados

encontrados, bem como para o planejamento e tomadas de decisão da comunidade com o intuito de melhor geri-la (ARAÚJO *et al.* 2017).

Dessa forma, a criação de uma tecnologia social nos moldes de uma metodologia de mapeamento participativo, pode proporcionar à comunidade e aos povos tradicionais brasileiros as orientações necessárias para mapearem seus bens intelectuais em consonância com os preceitos estabelecidos na legislação. Uma tecnologia social é criada conforme se reconhece a existência de uma necessidade e busca-se supri-la (PASSONI, 2012).

Dentre os estados que contribuem para que o Brasil se destaque em questões relativas à sociobiodiversidade, encontra-se o Ceará. Abrangendo mais de 14 mil famílias autodeclaradas como povos tradicionais, que se dividem entre extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outras categorias de grupos que buscam, nos recursos naturais disponíveis e nos saberes tradicionais repassados, a sobrevivência das comunidades e a preservação e conservação dos seus territórios (RODRIGUES, 2019).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), responsável pela formação de jovens e adultos, contemplando o ensino e aprendizagem a partir do 1º ano do ensino médio até a oferta de cursos de nível *stricto sensu* como mestrado e doutorado, tem a missão, visão e valores voltados para a formação completa do cidadão, de forma a transformar a sociedade, desenvolver o Estado onde está inserido e contribuir com a preservação e sustentabilidade ambiental (IFCE, 2019).

Dentre os compromissos do IFCE com a sociedade, destaca-se a iniciativa de implementar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) que tem como missão:

sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações e a ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará.” (IFCE, 2020, p. 01).

Vê-se que o NEABI incube-se de promover uma cultura antirracista, que contribua para um ambiente institucional mais igualitário em termos de equidade racial e direitos humanos, bem como intenta extrapolar essa atmosfera de respeito e

valorização dos povos étnicos para todo o País. O trabalho desempenhado pelo NEABI no IFCE se destaca ao longo dos anos e envolve a participação de vários *campi*, que reúnem voluntários do quadro de servidores, alunos e da comunidade em geral.

Acerca das iniciativas promovidas pelo Núcleo, ressalta-se, em específico, a parceria estabelecida com o Povo Tremembé da Barra do Mundaú, que tem o seu território localizado no município de Itapipoca, Ceará. Esta parceria vem se consolidando, proporcionando encontros que suscitam a promoção e valorização dos saberes e inovações do povo Tremembé, sendo, o mais recente, o VII Encontro dos NEABIs, evento realizado em novembro de 2021 e que resultou na oficina denominada Medicina Tradicional do Povo Tremembé da Barra do Mundaú: saberes e sabores que alimentam e curam (IFCE, 2021).

Apesar de evidenciada a relevância dos conhecimentos tradicionais no contexto atual, ainda é possível verificar que há o desconhecimento, em parte da sociedade, sobre os méritos desses saberes. Como forma de preservar e promover a sua cultura, o Povo Tremembé, há alguns anos, realiza o festejo de agradecimento às colheitas e, dentro desta manifestação cultural, são demonstradas várias iniciativas realizadas dentro da comunidade, tais como a colheita, produção de receitas tradicionais, rituais de consagração, oficinas, apresentações de lideranças e grupos que atuam dentro da comunidade, entre outras ações (CRISPIM, 2020).

Nesse sentido, ao observar os povos tradicionais alcançados pelo NEABI-IFCE, em especial, o Povo Tremembé da Barra do Mundaú, e conhecer o trabalho realizado pelo Núcleo, observou-se a necessidade de dimensionar as questões relacionadas a propriedade intelectual deste povo, sobretudo a compreensão das necessidades de identificação, mapeamento e resguardo dos saberes, vivências e inovações por eles geradas, dimensionando como questão norteadora do estudo: *qual o modelo mais adequado para mapear os ativos intelectuais dos indígenas Tremembé, da Barra do Mundaú, parceiros do NEABI-IFCE?*

Isto posto, a importância de proteger os bens intelectuais criados a partir do conhecimento e experiência dos povos e comunidades tradicionais se traduz como uma possibilidade de evitar a extinção das suas identidades culturais, preservar sua relação com a biodiversidade e proteger todo o arcabouço de saberes, competências e inovações que são gerados e repassados pelos povos que vivem

nesses territórios.

A proteção de bens intelectuais de povos tradicionais é tema tratado em âmbito global, pois se reconhece mundialmente a relevante contribuição desses povos para a cultura, manejo da biodiversidade, inovações, entre outros saberes e competências que lhes são inerentes.

Em âmbito nacional, por ser um país com uma ampla diversidade, o Brasil possui um rico ecossistema e reconhecida sociobiodiversidade que produz bens intelectuais que ensejam reconhecimento e proteção, pois geram valiosas inovações para a formação sociocultural brasileira, bem como para a ciência e tecnologia.

Deste modo, a motivação para pesquisar sobre a propriedade intelectual gerada pelos povos tradicionais brasileiros, representados neste estudo pelos indígenas parceiros pelo NEABI, converge com o anseio em contribuir com o desenvolvimento sociocultural do Ceará, povoado também por extrativistas, quilombolas, indígenas, entre outros grupos que contribuem com os seus saberes e competências para a preservação deste ecossistema.

A retribuição deste estudo para os agentes sociais envolvidos com esta temática é muito significativa, pois pode propiciar habilidades aos povos tradicionais para mapearem e, possivelmente, protegerem seus bens intelectuais, além do interesse de associações, cooperativas, secretarias de desenvolvimento econômico e social dos estados e municípios para a formulação de políticas públicas, bem como de entidades internacionais que tratam sobre o tema, pesquisadores que podem contribuir para o avanço técnico-científico, entre outros interessados.

Desta forma, este estudo parte do pressuposto que a proposição da criação de um modelo de mapeamento que seja instrucional e gratuito, pode dotar esse grupo de orientações que os capacitem a fazer o próprio levantamento dos seus bens intelectuais, como forma de diminuir a demanda de tempo, recursos humanos, financeiros e estruturais que requer este tipo de pesquisa, além de contribuir para o reconhecimento e valorização desses ativos, com vistas a inibir o uso e apropriação indevidos desses bens.

Neste cenário, o objetivo geral desta pesquisa é validar, um modelo de mapeamento de bens intelectuais que viabilize inventariar os conhecimentos tradicionais, sendo alcançado por meio dos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar e analisar os modelos de mapeamento voltados para povos e

comunidades tradicionais;

- b) Criar um modelo de mapeamento que auxilie os povos tradicionais a mapearem seus produtos intelectuais;
- c) Validar esse modelo de mapeamento com o intuito de verificar sua adequação ao objetivo proposto.

Com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, o trabalho foi estruturado em 5 capítulos, conforme demonstrado abaixo:

Capítulo 1: composto pela introdução, que aborda a contextualização sobre o tema, bem como a justificativa da pesquisa e a questão que a norteia, juntamente com os objetivos geral e específicos.

Capítulo 2: referencial teórico, que discute o conhecimento tradicional e a propriedade intelectual dos povos tradicionais, mapeamento de conhecimentos tradicionais, tecnologias sociais.

Capítulo 3: metodologia da pesquisa, apresentando a ordem dos procedimentos realizados para a execução dos objetivos propostos, bem como a caracterização e classificação da pesquisa, amostra e sujeitos, informações sobre o levantamento, coleta e análise de dados.

Capítulo 4: análise dos resultados acerca da identificação dos modelos de mapeamento para povos e comunidades tradicionais, culminando na elaboração do produto deste estudo, uma tecnologia social em formato de guia, intitulado Mapeamento Participativo de Bens Intelectuais, validado junto aos Indígenas Tremembé, por meio do NEABI-IFCE.

Por fim, no capítulo 5, as considerações sobre a pesquisa, a fim de consolidar as contribuições que o estudo propõe, assim como o alcance dos objetivos traçados e sugestões de estudos futuros que possam ampliar as discussões realizadas neste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os tópicos organizados nesta seção intentam contextualizar e compor arcabouço teórico entre as concepções tratadas nesta investigação. Serão apresentados os conceitos e normativas que versam sobre propriedade intelectual e povos tradicionais, a importância de mapear os bens gerados por esses grupos, a tecnologia social como ferramenta que pode envolver coletivamente a comunidade para identificar e fazer o levantamento desses ativos.

2.1 Propriedade Intelectual e Povos Tradicionais

Propriedade intelectual de povos tradicionais está relacionada ao conjunto de saberes e práticas criadas, consolidadas e difundidas entre esses grupos organizados em territórios, como forma de manter as características identitárias de sua cultura (WIPO, 2016a).

São criações que estão presentes em diversos aspectos dentro da comunidade como na alimentação (caça, pesca e preparo de comidas típicas), na cura e prevenção de doenças (saberes sobre as ervas medicinais, o preparo de chás e unguentos para feridas), bem como no aspecto cultural (danças, rezas, cânticos e poesias).

No rol de proteções que compreende a propriedade intelectual, a concernente aos conhecimentos tradicionais é a denominada proteção *sui generis*. Esta categoria de salvaguarda é regulada por legislações específicas e abrange, além do conhecimento tradicional, o acesso ao patrimônio genético, a topografia de circuito integrado e o registro de cultivar. A normativa específica que trata da regulamentação do acesso ao patrimônio genético e do conhecimento tradicional no Brasil é a Lei n.º 13.123/2015 (UFRGS, 2019).

Povos tradicionais são grupos que atuam no desenvolvimento sustentável da biodiversidade, utilizando os seus conhecimentos e práticas adquiridos dos seus antepassados com vistas à conservação e preservação do ecossistema em que estão inseridos, bem como a guarda e transmissão dessas aprendizagens para as próximas gerações como forma de fortalecer e resguardar sua cultura e organização social (BRASIL, 2007).

O avanço da ciência e tecnologia tem proporcionado debates acerca do acesso ao conhecimento tradicional resultante das vivências desses povos. A

relação intrínseca desses grupos com a natureza e as formas empregadas para preservar e conservar a biodiversidade passou a fazer parte de um conjunto de bens que, explorados, podem gerar conhecimentos, inovações e valores pecuniários, bem como ensejar discussões acerca da preservação da propriedade intelectual desses povos como primícia mundial (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, as primeiras menções acerca da proteção desses ativos foram suscitadas em âmbito internacional, na década de 1960, por países em desenvolvimento que entenderam que as manifestações culturais de povos tradicionais deveriam ser protegidas pelas leis de propriedade intelectual, pois são expressões inerentes à identidade desses grupos. Outro fator levado em consideração foi o avanço tecnológico que permitiu a disseminação e acessibilidade a esses bens de forma mais célere, sem controle sobre sua utilização, tornando-os suscetíveis ao uso abusivo de terceiros, estranhos à comunidade (WIPO, 2016b).

A construção desse debate envolveu organizações internacionais que divergiam em opiniões e atuaram para defender suas posições sobre o tema: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) – entende a proteção como forma de defender esses bens das modificações da humanidade e preservá-los para as próximas gerações; *World Intellectual Property Organization (WIPO)* – prioriza os interesses do autor, o que é difícil definir quando se trata de bens dos povos tradicionais; Organização Mundial do Comércio (OMC) – estabelece como proteção à defesa associada ao uso do bem (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007).

Devido às dificuldades em definir a origem/autoria dessas criações, bem como a ausência de controle sobre esses bens, foram ensejadas discussões acerca dessas proteções, contribuindo para que diversos dispositivos legais (nacionais e internacionais) surgissem dessas iniciativas. Algumas normativas e convenções internacionais engendradas a partir desse período estão elencadas no Quadro 1, como forma de favorecer o entendimento amplo da temática sob o ponto de vista de diversos atores.

Quadro 1: Normativas e convenções internacionais sobre conhecimentos tradicionais.

<p>Convenção da Diversidade Biológica (CDB)</p>	<p>Estabelecida em 1992 e ratificada em 1998 no Brasil, a CDB trata da conservação da diversidade biológica, seu uso sustentável e a divisão justa dos benefícios oriundos dessa exploração. A convenção preconiza que os países participantes desse tratado devem respeitar e atuar pela preservação e manutenção dos saberes e práticas dos povos e comunidades tradicionais, juntamente com ações que envolvam o conhecimento e anuência dos detentores desses conhecimentos no que tange ao uso sustentável da biodiversidade.</p>
<p>Agenda 21 Global</p>	<p>Estabelecida em 1992, a Agenda 21 Global possui 40 capítulos constituídos de temas que tratam sobre a cooperação internacional para acelerar o crescimento sustentável de países em desenvolvimento, combate ao desmatamento, conservação da diversidade biológica, reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades, transferência de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional, informação para a tomada de decisões, entre outras disposições. A Agenda 21 pode ser caracterizada como uma ferramenta criada para traçar os planos e metas em prol de edificar comunidades sustentáveis em todo o mundo, trabalhando com métodos que versam sobre justiça social, eficiência econômica e defesa do meio ambiente. Ao tratar sobre os povos indígenas, no capítulo 26, aponta para que os governantes atuem para garantir direitos fundamentais a esses povos, reconhecendo e reforçando sua importância para a garantia da manutenção da biodiversidade, protegendo a sua propriedade intelectual, como forma de preservar seus saberes, práticas e relação com a natureza.</p>
<p>Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais</p>	<p>Entrou em vigência internacional em 1991 e foi promulgada no Brasil em 2004. Esta convenção reconhece o desejo de autonomia dos povos indígenas com relação aos seus modos de vidas, conhecimentos e inovações gerados, bem como o fortalecimento e manutenção dessas aprendizagens nos locais onde estão inseridos. A convenção trata de indicar como responsabilidade do Estado o desenvolvimento de ações, juntamente com os povos interessados, que protejam seus direitos e promovam o respeito à sua identidade cultural.</p>
<p>Resolução 1990/27 do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas</p>	<p>Ato normativo que instituiu o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1982, que versa sobre o reconhecimento dos direitos e a importância de proteger a diversidade cultural resultante dos saberes dos povos indígenas.</p>
<p>Organização das Nações Unidas para a</p>	<p>A UNESCO destaca ao longo do tempo uma agenda de compreensão e mobilização quanto à defesa e</p>

Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO	valorização do patrimônio gerado pelos povos e comunidades tradicionais. A partir de 1972, normativas relacionadas aos conhecimentos tradicionais foram sendo criadas e debatidas em suas convenções como: Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Material em 1972; Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural em 2001; Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003; Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2005 e a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas em 2007.
--	---

Fonte: adaptado de Martinelli e Nunes (2019); Santilli (2012); Brasil (2014; 2018; 2019).

Os conhecimentos tradicionais são vistos atualmente como potências mercadológicas que impulsionam inovações em diversos ramos da indústria como o de biotecnologia, farmácia, beleza e agronegócio. Esses saberes facilitam pesquisas para desenvolver produtos nessas áreas e, em virtude disso, tornou-se premente a criação de dispositivos, em âmbito nacional, que pudessem dirimir questões acerca da proteção e/ou exploração do conhecimento utilizado na criação desses produtos industriais (COELHO, 2017).

É importante ressaltar que o fato de existir discussões e normativas que intentam preservar, reconhecer e reparar, de maneira equitativa, as contrapartidas que os detentores desses conhecimentos têm direito, na prática estes processos não são totalmente cumpridos pelo Estado, muitas vezes pela ausência de clareza em relação aos objetivos propostos nessas políticas, bem como a dificuldade dos gestores em retificar as ações que não estão contribuindo para a salvaguarda e valorizar os saberes tradicionais (MARTINELLI; NUNES, 2019).

No Quadro 2, é possível identificar algumas disposições nacionais que tratam sobre o tema.

Quadro 2: Normativas e convenções nacionais sobre conhecimentos tradicionais.

Constituição Federal de 1988	A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, traz em seu escopo artigos que abrangem a proteção das manifestações culturais e modos de vidas dos povos tradicionais, bem como a defesa do patrimônio genético, conhecimentos tradicionais e dos territórios desses povos. Artigos: 215, 216, 225, 231 e 232.
Decreto Federal nº 3.551/2000	Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, juntamente com o livro que trata dos

	<p>Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial os quais fazem parte da formação cultural do Brasil. Os livros que irão compor esses assentamentos são:</p> <p>Livro de Registro dos Saberes, onde será anotado os conhecimentos e técnicas repassadas por gerações e que fazem parte da rotina das comunidades;</p> <p>Livro de Registro das Celebrações, onde irá constar os ritos e celebrações que caracterizam a comunidade e seus modos de fazer coletivamente, bem como as outras manifestações que tratam do lazer, religião e vivência nesses territórios;</p> <p>Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas as manifestações literárias da comunidade, bem como outras expressões artísticas;</p> <p>Livro de Registro dos Lugares, para ser informados os espaços externos coletivos onde a comunidade se reúne e trocam as experiências e aprendizagens formadas por meio do conhecimento e vivência tradicional.</p> <p>Ressalta-se que o Decreto não veta ou limita a criação de novos livros de registros que possam contemplar toda a diversidade e dinamismo da propriedade intelectual dos povos tradicionais.</p>
<p>Decreto Federal nº 5.813/2006</p>	<p>Aprova a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos que, entre outras providências, busca construir normativas que regulem a produção, uso e distribuição das plantas medicinais; ofertar mais variedades de práticas terapêuticas aos interessados, integrando esse processo aos conhecimentos técnicos de atenção à saúde oferecida pelo SUS e ao conhecimento tradicional associado às plantas medicinais; promover pesquisa, desenvolvimento de tecnologias, desenvolvimento sustentável das áreas de produção dessas plantas, bem como fortalecer a indústria farmacêutica brasileira. O Decreto também prioriza como objetivo o estímulo ao uso sadio da biodiversidade e o reparte equitativo dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais.</p>
<p>Decreto Federal nº 6.040/ 2007</p>	<p>Cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais com o objetivo de atuar na promoção do reconhecimento e valorização dos aspectos que compõem a identidade desses povos, bem como garantir os direitos territoriais, sociais, culturais, entre outras iniciativas. A normativa também definiu quem são esses povos e essas comunidades, tratou do que são territórios tradicionais e o que caracteriza o desenvolvimento sustentável dessas comunidades e territórios.</p>

Portaria IPHAN nº 2/2012	Ato normativo expedido em janeiro de 2012, com o intuito de criar um grupo de trabalho para analisar as iniciativas como pesquisas e projetos que tratam sobre conhecimentos tradicionais
Lei Federal nº 13.123/2015	Regulamenta os direitos e obrigações relativos ao acesso ao patrimônio genético para fins comerciais e científicos; propõe modalidades de repartição de benefícios para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, juntamente com a proteção aos conhecimentos tradicionais associados.
1ª Conferência Nacional de Políticas Indigenistas/2015	Algumas demandas resultantes das discussões estabelecidas nesta Conferência foram compreendidas como assuntos inadiáveis, que necessitam de ações urgentes, como a criação de políticas que estimulem, defendam e assegurem a manutenção e continuidade da transmissão dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Essas ações se constituíram inicialmente de palestras, oficinas e trocas de experiências entre os grupos que formam a comunidade.

Fonte: adaptado de Martinelli e Nunes (2019); Santilli (2012); Brasil (2000; 2006; 2007; 2015).

As normativas e convenções retratadas acima demonstram a preocupação do Estado em criar dispositivos que promovam a proteção dos povos tradicionais e seus conhecimentos difusos, regulem o acesso à propriedade intelectual gerada por esses grupos e criem iniciativas que envolvam a coletividade para que esta também atue na proteção e valorização dos conhecimentos tradicionais, mantendo assim a perpetuação de todo o patrimônio cultural estabelecido por essas populações.

Contudo, os bens intelectuais gerados por esses povos encontram, nos meios de tutelas atuais, limitações acerca da sua proteção, haja vista a “natureza dinâmica” desses ativos, divergências e dificuldades de definir o que são esses bens, bem como as restrições de tempo (data limite de proteção) verificadas nos dispositivos legais de defesa (WIPO, 2016a).

Em 2010, foram delineadas a Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (EPANB) com o intuito de salvaguardar os conhecimentos tradicionais, o uso sustentável da biodiversidade, a defesa e preservação do patrimônio genético, bem como o respeito e a valorização da cultura e modos de fazer dos povos tradicionais eram auspiciosas, estabelecendo que:

Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades Tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de Povos Indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes. As bases científicas, e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. (BRASIL, 2018a, p.77-78).

Na teoria, nota-se que houve um esforço estatal para seguir os caminhos preconizados por diálogos e normativas em diferentes instâncias. Na prática, vê-se um desmonte de estruturas institucionais e de organizações civis, antes configuradas pela participação da sociedade, dos povos específicos, entre outros atores sociais que são importantes para essas discussões (MARTINELLI; NUNES, 2019).

Vê-se que as proteções voltadas aos conhecimentos oriundos dos povos tradicionais demonstram o quão singular são essas criações, de modo que não se identifica uma legislação que supra todas as demandas relativas ao resguardo desses ativos.

Entende-se que um sistema de defesa ideal para salvaguardar os conhecimentos tradicionais deve interagir com todos os interessados, mas, sobretudo, priorizar os anseios expressados pelos povos, precursores desses conhecimentos e práticas. Ainda não há entendimentos e legislações pacificadas que satisfaçam os interesses de todos os atores envolvidos neste processo, o que desencadeia inseguranças em relação ao respeito e valorização da sua propriedade intelectual, bem como fragiliza a perpetuação desses bens.

Neste cenário, iniciativas que contribuam para a valorização e salvaguarda desses conhecimentos podem ser configuradas como mapeamentos e/ou inventários participativos, ferramentas mais utilizadas para dar visibilidade a esses saberes. Esses instrumentos permitem o envolvimento da comunidade em um concílio e possibilitam que todos possam contribuir para a identificação e levantamento do que se pretende inventariar.

2.2 Mapeamento de Conhecimentos Tradicionais

A abertura do Brasil para os investimentos dos grandes mercados na década de 1990, juntamente com o avanço tecnológico, evidenciaram um crescente número de recursos naturais e territórios tradicionais sendo explorados em prol do desenvolvimento econômico, sem reparações equitativas para os povos prejudicados, justificando essas ações sob o discurso do progresso atrelado ao uso sustentável desses bens (VIANA *et al.*, 2016).

Os saberes e os territórios tradicionais são compreendidos por estes povos como partes inalienáveis de suas identidades, não sendo possível entendê-los sem a leitura holística da sua organização sociocultural e a compreensão do sentimento de pertencimento às raízes estabelecidas nessas extensões territoriais (GORAYEB, 2014).

Nesse sentido, o respeito e valorização dispensados por esses grupos aos seus territórios e tradições precisam estar imbricados à consciência de propriedade como forma de legitimá-los como os verdadeiros detentores de todas as criações engendradas por meio dos conhecimentos e práticas por eles empregados.

As dificuldades em identificar uma origem ou a autoria das práticas e saberes desses grupos são vistas como um dos empecilhos à égide das normativas da propriedade intelectual e, conseqüentemente, tornam-se sinuosas as tentativas de impedir a apropriação indevida dos bens intelectuais gerados, bem como os territórios onde se organizam.

Considerando a necessidade de preservar e divulgar os saberes dos povos específicos, os mapeamentos são estratégias que possibilitam o engajamento da comunidade para identificar, inventariar e gerir os seus ativos intelectuais. Embora haja controvérsia quanto a disponibilização desses conhecimentos de forma aberta e gratuita, faz-se necessário tornar público o rol de inovações e práticas criadas por esses povos com o intuito de registrar o nascedouro dessas aprendizagens (WIPO, 2016a).

Na década de 1990, deu-se início a utilização do mapeamento como ferramenta para, não somente inventariar as disputas vivenciadas por povos e comunidades tradicionais, mas também tornar visíveis as características, conflitos, abrangência territorial, saberes, práticas e/ou inovações que são inerentes aos povos específicos, trazendo elementos dessas vivências para compor o esquema

cartográfico e ajudar na apropriação (pelos povos) das informações que irão constar no inventário, tornando-o auto representativo (SILVA; GONÇALVES, 2019).

Santos e Kozel (2020) estruturam o sistema de mapeamento em duas vertentes: com base em uma visão humanista e conforme uma concepção “cartesiana”, onde a primeira é caracterizada pela subjetividade, diálogo e sensibilidade na disposição das informações retornadas do inventário e a segunda se apresenta de forma objetiva, primando pela exatidão dos dados, sem margens para interpretações abstratas. Nesse sentido, entende-se que as duas configurações de mapeamento são complementares, embora sejam distintas e, dependendo do objetivo estipulado, bem como dos dados que se intenta levantar, podem ser usadas como formas de representação.

Na figura 1 é possível identificar a confecção de um mapa criado a partir do diálogo estabelecido com a comunidade, organizado de modo subjetivo e sensível na composição do seu conteúdo, apresentando assim as características da visão humanista mencionada no parágrafo anterior.

Figura 1. Confecção de mapa conforme visão humanista.



Fonte: Coletivo Quilombo (2011).

Na figura 2 é possível visualizar o mapa finalizado, composto com as informações inerentes a um território tradicional, tais como a localização dos pontos de interesse da comunidade, o plantio, a caça e a pesca, os acessos ao território, entre outras informações que compõem a organização da comunidade.

Figura 2. Mapa construído pela comunidade.



Fonte: Coletivo Quilombo (2011).

O mapeamento participativo, conforme expõe Chaves (2013) pode ser compreendido como um discurso explícito, um instrumento que gera conhecimento, facilita a comunicação, possibilita o diálogo e empodera as comunidades, legitimando suas narrativas, saberes, anseios e experiências. Esta ferramenta também pode ser considerada uma alternativa para a autogestão da comunidade, uma vez que permite traçar planos e estratégias consubstanciadas pelas informações retornadas das reuniões comunitárias (ACT BRASIL, 2008).

Desta forma, a importância de mapear os conhecimentos tradicionais está em poder proporcionar à comunidade autonomia e protagonismo na produção dos dados que poderão compor sistemas de informações governamentais, matérias jornalísticas, pesquisas científicas, entre outras veiculações de informações acerca da sua propriedade intelectual, com vistas a inibir o uso e apropriação indevida dos seus saberes, práticas e inovações.

Em consonância à essência do mapeamento participativo, a criação de tecnologias sociais, caracterizadas pelo engajamento comunitário, direcionadas, especialmente, para os povos e comunidades tradicionais, bem como passíveis de apropriação por parte deles, podem se tornar ferramentas indispensáveis para a resolução de demandas reais encontradas nos seus territórios. Neste contexto, é fundamental compreender de que forma as tecnologias sociais são essenciais para

que o mapeamento participativo ocorra de forma efetiva.

2.3 Tecnologia Social

Define-se Tecnologia Social (TS) como um conjunto de metodologias criadas por meio de uma ação coletiva, baseadas nos saberes e técnicas da comunidade, com vistas ao desenvolvimento de ações inclusivas que melhorem a qualidade de vida e solucionem demandas, de ordem social, em prol da população local. Pode-se caracterizá-la como uma ferramenta simples, de custo baixo, intuitiva, de fácil manuseio, acessível e que demonstre impacto relevante no cenário onde está sendo aplicada (CHRISTOPOULOS, 2011).

Dessa forma, só podem ser consideradas tecnologia social as iniciativas e inovações que estão orientadas ao desenvolvimento da sociedade, que sejam reaplicáveis, se transformem em alternativas que emancipem a comunidade da necessidade de capital, que lhes deem autonomia enquanto atores inteiramente envolvidos nesse processo e que reconheçam e valorizem as experiências e aprendizados dos indivíduos que participam ativamente dessas ações (UFF, 2016).

Salienta-se que a construção de tecnologias sociais não está vinculada unicamente às iniciativas de ONGs e/ou projetos provenientes das escolas e universidades, muito menos em criar tecnologias de baixo custo somente para as comunidades menos favorecidas. Empresas privadas também podem figurar no desenvolvimento dessas ferramentas, apropriando-se dos conceitos e características que compõem a TS, mas compreendendo sua criação como novas formas de se manterem produtivas e inovadoras, contribuindo para o desenvolvimento social e sustentável, gerando soluções baseadas na economia solidária e diminuindo os custos do seu negócio, em função da utilização dos recursos disponíveis (SEBRAE, 2017).

A tecnologia social também pode ser incorporada no cotidiano de uma comunidade tradicional, por meio da troca das observações provenientes dos saberes ancestrais e, possivelmente, dos saberes científicos. Conforme experiências relatadas, resultantes da parceria da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), criar tecnologias sociais dialogando com os saberes e modos de vida dos povos tradicionais, pode proporcionar a esses grupos soluções para prover as necessidades locais como: falta de saneamento ecológico,

educação, saúde, entre outras demandas que impedem que esses povos usufruam de ambientes saudáveis para viver (CANCIAN, 2019).

A Figura 3 exemplifica um modelo de tecnologia social, pois se trata da implantação de um biodigestor, construído para produzir biogás que possibilita à comunidade preparar as refeições no fogão.

Figura 3. Tecnologia Social em Comunidades Tradicionais - Biodigestor.



Fonte: Barbosa (2019).

Esta tecnologia social é de fácil manuseio, instalação e manutenção, substitui o gás metano, contribui para a preservação do meio ambiente, pois reduz o desmatamento e a emissão de gases poluentes na atmosfera e ainda impacta de maneira positiva no orçamento familiar dos integrantes da comunidade (BARBOSA, 2019).

No Quadro 3, é possível identificar mais alguns exemplos de tecnologias sociais, bem como alguns eixos que podem ser foco dos estudos de cada uma dessas TS.

Quadro 3: Tecnologias Sociais e Eixos de desenvolvimento.

Tecnologias Sociais	Eixos
---------------------	-------

<ul style="list-style-type: none"> ● Captação de água de chuva ● Aquecedor solar de baixo custo ● Óleo vegetal como Biocombustível ● Compostagem e coleta seletiva ● Agroecologia urbana e segurança alimentar ● Biodigestor ● Bioconstrução ● Fossa séptica Biodigestora ● Lâmpada de garrafa pet ● Biofertilizante ● Mini cisternas para pequenos espaços urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ● Meio Ambiente ● Educação ● Saúde ● Segurança Alimentar ● Energia ● Acessibilidade
--	--

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2017).

As tecnologias apresentadas são soluções de baixo custo, reaplicáveis em diversos ambientes (desde que identificada a necessidade) e representam, dentro dos territórios que estão inseridas, autonomia e melhoria da qualidade de vida em comunidade.

Diante o exposto, entende-se que uma tecnologia social pode tornar acessível à comunidade soluções para as necessidades reais vivenciadas pelos grupos que nela residem, bem como reunir vários atores sociais para colaborar nessas iniciativas. Neste sentido, esse acesso pode se apresentar de formas diferenciadas, sendo uma delas a possibilidade de diminuir os custos acarretados na aquisição de um produto, processo, entre outros benefícios que a comunidade necessite.

A TS como alternativa de inclusão e desenvolvimento social, pode ser empregada em vários territórios e se apresentar em muitos formatos como em inventários e/ou mapeamentos participativos, que possibilitam o levantamento de dados relevantes acerca da comunidade, de acordo com as expectativas e informações indicadas pelos seus moradores.

Ao identificar as demandas existentes, os insumos necessários e o que precisa ser construído para mitigar a situação, acredita-se que, a partir destes pontos, já se está construindo uma tecnologia social.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Os materiais e métodos propostos, que nortearam o caminho percorrido por este estudo, obedeceram a uma ordem de procedimentos que contemplam etapas para a criação da tecnologia social (TS), a qual poderá ser utilizada por qualquer comunidade tradicional com a finalidade de identificar e mapear os seus produtos intelectuais. Uma TS pode ser um método ou uma técnica desenvolvida e/ou aplicada, por meio da participação comunitária, que busca criar e/ou se apropriar dessas ferramentas para melhoria individual e coletiva, conforme conceitua o Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004).

As etapas que formam o desenho metodológico deste estudo são compostas pela caracterização da pesquisa, os sujeitos e a amostra, bem como a coleta e análise dos dados obtidos.

3.1 Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, pois busca criar, validar e propor uma metodologia de mapeamento de ativos intelectuais para ser utilizada por qualquer comunidade tradicional, no caso deste estudo, a tribo indígena Tremembé que, usualmente participa de ações desenvolvidas pelo NEABI-IFCE, estando localizada próxima a sua sede, em Umirim-CE. A pesquisa aplicada caracteriza-se pela praticidade e usabilidade, pois intenta trazer soluções a problemas reais (MARCONI; LAKATOS, 2018).

Possui abordagem qualitativa e caráter exploratório porque visa à identificação e análise das características dos instrumentos de mapeamento voltados para os povos e comunidades tradicionais, bem como conhecer a percepção dos participantes da pesquisa sobre a TS criada. A abordagem qualitativa busca trabalhar com as percepções resultantes das interações dos participantes da pesquisa com o objeto investigado. Na pesquisa exploratória busca-se conhecer de maneira mais aprofundada o objeto de estudo, de forma a familiarizar-se com ele (MENDONÇA, 2014).

Nesse sentido, o contexto em que a comunidade está inserida, os conhecimentos e inovações gerados são aspectos importantes a serem investigados, caracterizando esta pesquisa como estudo de caso. Para Yin (2001), a pesquisa na forma de estudo de caso possibilita uma análise aprofundada sobre o

tema proposto, abrangendo várias fontes de dados em busca de investigar o contexto real de um fenômeno contemporâneo.

Acerca dos procedimentos, classifica-se a pesquisa como bibliográfica, documental e campo, pois, conforme explica Gil (2008) e Costa e Costa (2015), a primeira é basilar para todas as pesquisas, podendo ser feita em livros, jornais, revistas ou outras fontes existentes. A segunda utiliza fontes específicas, ainda não analisadas ou que podem receber novas interpretações, entres essas fontes estão relatórios, atas, memorandos e outras. A pesquisa de campo recolhe evidências das ações e contextos relacionados ao objeto de estudo conforme se apresentam e os investigam de acordo com a relevância que lhes são atribuídos (MARCONI; LAKATOS, 2018).

Neste contexto, a literatura foi revisada, por meio do levantamento bibliográfico em repositórios institucionais, no portal de periódicos CAPES e Oasis Br, que disponibilizam artigos, livros, revistas e publicações que tratam da temática povos e comunidades tradicionais, modelos de mapeamento e/ou inventários desenvolvidos para estes grupos.

Os dados retornaram modelos que foram previamente analisados e, conforme as características observadas, selecionou-se os que continham aspectos que pudessem contribuir para a elaboração da TS, a saber: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), elaborado em 2000, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), criado por Verdejo (2003); Guia Orientador para Mapeamentos junto aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2016), Manual Desenvolvimento Organizacional Participativo – Fortalecimento de Organizações de Base (2019), Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo (2008) e o *Manual para la implementación del Proceso de identificación y recomendaciones de salvaguardia de las manifestaciones del patrimonio cultural inmaterial* (2007).

Na análise documental, foram averiguados, junto ao NEABI-IFCE e à comunidade indígena Tremembé, documentos onde constam ações voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura das comunidades tradicionais que fazem parcerias com o Núcleo, bem como ações que fazem parte da comunidade Tremembé, onde são divulgados os seus festejos, sua medicina tradicional, entre outros aspectos que constituem a sua cultura.

A pesquisa de campo foi realizada de forma virtual, em decorrência da COVID-19. Esta etapa foi necessária em virtude da validação da TS, como forma de atender a um dos objetivos deste estudo. Neste procedimento, foi explicado ao participante da pesquisa os objetivos da TS, bem como os aspectos relacionados à sua utilização.

3.2 Amostra e sujeitos da pesquisa

Os sujeitos que formam o universo deste estudo são compostos pelos indígenas Tremembés, parceiros do NEABI-IFCE, o qual promoveu o contato inicial com a Comunidade. Para Turato (2008), os sujeitos da pesquisa são os atores sociais que irão fornecer as informações para o pesquisador. No entanto, em decorrência do período pandêmico de Covid-19, limitou-se na realização de entrevista remota, mediada pela coordenação do NEABI/IFCE, com o representante do povo Tremembé da Barra do Mundaú, responsável pelas ações/iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura da comunidade.

A mediação foi realizada pelo NEABI/IFCE em decorrência do interesse de validar o Guia proposto como produto desta pesquisa, considerando que este Núcleo realiza ações voltadas para a valorização da cultura dos povos tradicionais, tais como os indígenas (Povo Tremembé) e quilombolas (comunidades Conceição dos Caetanos, Água Preta e Nazaré).

Ainda sobre o NEABI, foi implementado no IFCE a partir da Resolução nº 71, de julho de 2017 (Figura 4) é um núcleo de estudos voltado para os temas da cultura e da história do negro no Brasil, bem como abrange os assuntos relacionados aos povos indígenas. Ressalta-se que a Resolução trata da implementação dos NEABIs no Instituto, mas também do seu fortalecimento, da sua missão e das perspectivas que devem nortear todo o trabalho a ser desempenhado (IFCE, 2020a).

Figura 4. Logo do NEABI/IFCE.



Fonte: IFCE (2020).

O Núcleo está presente em 18 dos 35 *campi* que formam o IFCE e vê-se a importância da sua criação em virtude dos diversos perfis de discentes que adentraram ao ensino, a partir da implementação das políticas de cotas raciais, momento que fez com que a Instituição avaliasse sua estrutura/currículo pedagógico como forma de assegurar que esses alunos estariam efetivamente incluídos no processo de ensino e aprendizagem (IFCE, 2018). O NEABI tem como objetivos, conforme pautados na Resolução nº 71/2017:

- I - Desenvolver programas e projetos em temas sobre relações étnico-raciais em diversas áreas do conhecimento numa ação integrada e articulada entre ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis.
- II - Promover encontros de reflexão e capacitação para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica, cultural e social do país;
- III - Levantar e sistematizar as informações sobre recursos humanos e produção de conhecimento existentes, acerca das relações étnico-raciais nos municípios dos campi do Instituto Federal do Ceará;
- IV - Possibilitar o intercâmbio técnico-científico entre IES - Instituições de Ensino Superior - centros de pesquisas e de ensino, organizações públicas e/ou privadas de defesa e promoção da igualdade racial, em nível local, estadual, nacional e internacional;
- V – Buscar recursos para desenvolver projetos de pesquisa e extensão relacionados às questões étnico-raciais;
- VI - Contribuir no planejamento, elaboração, execução e monitoramento da política institucional do Instituto Federal do Ceará, em especial, no que tange às ações afirmativas;
- VII – Apoiar, planejar e executar ações que visem contribuir para a formação inicial e continuada de servidores e discentes para as relações étnico-raciais.
- VIII – Estimular publicações técnicas e/ou científicas sobre questões étnico-raciais com as comunidades interna e externa ao Instituto: universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;
- IX - Motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens de formação integrada a questões étnico-raciais, de forma contínua;
- X - Colaborar em ações que levem ao

aumento do acervo bibliográfico e web gráfico relacionado à educação étnico-racial em cada Campus; XI – Incentivar a criação dos grupos de estudos, pesquisa e convivência da cultura afro-brasileira e indígena, com a participação da comunidade interna e externa do IFCE. XII – Apoiar no planejamento, execução e avaliação de programas e projetos de intervenção que visem o estímulo de políticas públicas por meio de parceria com a rede de proteção social dos múltiplos territórios (IFCE, 2017, p. 5).

Acerca das ações demonstradas nos objetivos, destaca-se como premissa a intenção de promover a troca de informações entre os *campi* e a comunidade em geral como forma de integrar e articular a participação de todos nesse processo de criação, planejamento e execução das ações afirmativas voltadas para as questões étnicos raciais.

O NEABI atua de forma efetiva, dentro das condições que lhe é proporcionada, na criação da cultura de respeito e valorização da identidade desses povos, conforme demonstrado na Figura 5, que mostra a iniciativa promovida pelo Núcleo acerca da auto identificação dos povos e preservação de suas culturas.

Figura 5. Educação para a auto identificação.



Fonte: NEABI (2020).

É possível identificar na figura acima que as comunidades se mobilizam não só em seus territórios, onde promovem eventos e/ou encontros presenciais, mas também por meios digitais, como forma de se manterem em processo de

aprendizagem mesmo em período de distanciamento social.

Na Figura 6 é possível visualizar outras iniciativas do NEABI.

Figura 6. Diálogos e indicações de filmes.



Fonte: NEABI (2020).

Algumas ações do NEABI, mesmo em período pandêmico, atuaram para promover o intercâmbio de experiências, por meio dos diálogos realizados com diferentes atores sociais, via *Google Meet*, contribuindo, ainda, com indicações de filmes que retratam temáticas abordadas pelo Núcleo, como forma de agregar ludicidade e reflexão aos momentos compartilhados, mesmo que de forma remota.

Ainda como parte das iniciativas realizadas pelo Núcleo, destaca-se o Grupo de Estudos, que dialoga sobre uma obra literária a cada semestre e reúne seus membros a cada 15 dias para saber suas impressões acerca da literatura recomendada ((NEABI, 2021).

Nesses encontros, temas como os propostos por Silvio de Almeida, que trata sobre o racismo estrutural no Brasil, bem como as temáticas abordadas por Neusa Santos Sousa, psiquiatra e escritora que escreveu sobre os reveses da ascensão do negro no Brasil, tratando não só do aspecto social, mas também dos efeitos psicológicos destas mudanças já foram abordados pelo Grupo de Estudos do NEABI.

É importante salientar que, mesmo em período pandêmico, o NEABI

conseguiu desenvolver diversas atividades de forma remota como o encontro entre os NEABIs, o grupo de estudos, as mesas redondas que trataram de diversos temas, tais como a violência de gênero e a saúde mental relacionada à questão étnico-racial.

Acerca do Povo Tremembé da Barra do Mundaú, tem o seu território localizado em Itapipoca, no Ceará, conforme visualizado na Figura 7.

Figura 7. Mapa da Terra Indígena do Povo Tremembé da Barra do Mundaú



Fonte: Tremembé da Barra (2020).

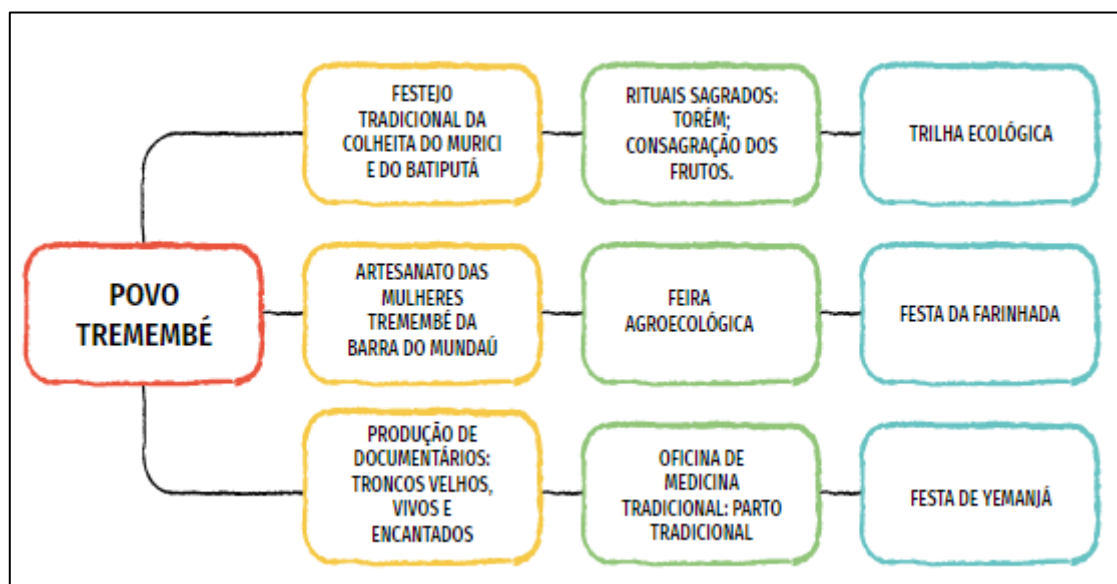
Na figura acima é possível identificar a área da terra indígena do Povo Tremembé composta por quatro aldeias (São José, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo), o território que compreende a Barra do Mundaú e a área de proteção ambiental do Rio Mundaú.

Estima-se que 150 famílias formam a comunidade do Povo Tremembé da Barra do Mundaú. Um grupo que vive com o propósito de fortalecer sua cultura e de lutar pelos seus direitos, que se encontram ameaçados por fatores externos à comunidade, mas que influenciam, principalmente, na segurança das suas terras, tais como: a dificuldade em conseguir insumos livres de ativos químicos e

melhoramentos genéticos, a construção de empreendimentos voltados para o turismo, a implantação de projetos para a área de energia eólica, construções de viveiros para criar camarões, entre outros infortúnios que atemorizam a terra indígena da Barra do Mundaú (FERREIRA, 2020).

Os esforços empreendidos pelo Povo Tremembé apresentam impactos sociais positivos para o território onde estão localizados, haja vista a quantidade de ações que são executadas pela comunidade como forma de divulgar, promover e proteger suas terras e seu modo de vida, conforme demonstrado na Figura 8.

Figura 8. Manifestações culturais do Povo Tremembé da Barra do Mundaú.



Fonte: adaptado de Ferreira 2020; Crispim (2020).

A amostra, conforme conceituam Marconi e Lakatos (2018), é uma parte pequena, extraída do universo da pesquisa, mas que representa o mais próximo possível o todo (universo), de forma que, se fosse possível investigar todos os sujeitos do estudo, os resultados dessa parte menor (amostra) seriam legítimos.

Neste estudo, a amostra limitou-se ao representante da comunidade indígena Tremembé da Barra do Mundaú, selecionada para responder às questões que compõem o roteiro da entrevista, que trata sobre as percepções acerca da metodologia criada. Neste sentido, a amostra é caracterizada como não probabilística intencional, onde o pesquisador trabalha com os membros que podem fornecer melhores informações sobre o objeto da pesquisa (COSTA; COSTA, 2015).

Nesta pesquisa, em virtude da dificuldade de reunir todos que compõem esse grupo, os sujeitos foram retratados pelo representante da comunidade indígena Povo Tremembé e a entrevista contou com a presença, na sala remota, da coordenação do NEABI/IFCE-UMIRIM, conforme Termo de Anuência (Anexo A).

3.3 Coleta de dados

Em atenção à etapa da coleta de dados é importante salientar que esta foi composta por fontes primárias e secundárias. A primeira é oriunda das respostas da entrevista, que buscou coletar as informações experienciadas pelos sujeitos envolvidos neste estudo, após o contato com o modelo de inventário criado, baseado nos formatos previamente identificados, para mapear os bens intelectuais dos Indígenas Tremembé da Barra do Mundaú, por meio do NEABI/IFCE.

Nessa etapa, buscou-se alcançar um dos objetivos específicos delineados neste estudo, que trata da validação da metodologia proposta. Ressalta-se que este modelo de mapeamento foi construído no decorrer da pesquisa e finalizado após análise da resposta do participante, tendo em vista considerar a experiência com a TS.

O Acesso às informações relacionadas à comunidade Tremembé foi facilitado pela parceria existente entre esta e o NEABI, que mediou o contato com o representante do território (forneceu dados sobre a organização da comunidade, calendário cultural, reuniões comunitárias acerca das pautas sensíveis ao grupo, entre outras informações), bem como contribuiu com informações sobre as atividades desenvolvidas pelo próprio Núcleo.

As informações dos dados secundários foram compostas pelas pesquisas bibliográfica e documental que subsidiaram a identificação e análise dos modelos de mapeamento para povos e comunidades tradicionais, bem como as temáticas que compõem o conteúdo textual do Guia.

Considerando os aspectos inerentes à coleta de dados, esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, sistema responsável por receber projetos de pesquisas que compreendam estudos com seres humanos em todo o território nacional, em outubro de 2020, sendo recebido para a análise ética em novembro de 2020 e aprovado em dezembro de 2020, sob o CAAE nº 3972282050000.5020 (Anexo B).

A anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi emitida de forma verbal, gravada antes de iniciar a coleta de dados, via *Google Meet*, no dia 06 de dezembro de 2021, data previamente agendada para ocorrer a entrevista. Após o aceite, foi iniciada a conversa com o representante da comunidade indígena Tremembé da Barra do Mundaú, contando ainda com a presença da Coordenadora do NEABI-IFCE, do *campus* Umirim.

Destaca-se que o participante obteve acesso à TS nos dias 29 de novembro de 2021, de modo a ter tempo hábil para familiarizar-se com o instrumento. Ressalta-se que o contato com o representante, juntamente com o envio da 1ª versão da TS foi mediado pelo NEABI-IFCE, por meio de mensagem de celular, via aplicativo *WhatsApp*.

O roteiro da entrevista foi constituído de 21 perguntas, dispostas em 5 seções que tratam do modelo de mapeamento, baseado nas técnicas de validação de face e de conteúdo, onde a primeira busca medir a compreensão, pelos sujeitos, dos elementos que constituem a TS ou se os modificariam e a segunda verifica se esses elementos constroem amostra relevante para o que se intenta avaliar (NASCIMENTO, 2012).

A entrevista teve um roteiro composto por questões semi estruturadas e foi desenvolvida com a finalidade de verificar as percepções, relevância, motivação e objetivos do modelo de mapeamento criado e proposto por este estudo. Acerca das características e conteúdos do Guia, o participante pode responder conforme sua percepção após ter acesso à TS. Esta etapa compôs a observação direta extensiva que consistiu no processo de coleta de informações, junto à amostra desta pesquisa.

Buscou-se com a entrevista não só verificar os aspectos de linguagem e conteúdos do modelo de mapeamento elaborado, mas criar um canal de sugestões para que o participante do estudo pudesse expor suas ideias e orientações quanto à construção e aplicabilidade da metodologia criada.

3.4 Etapa da análise dos dados

Após a obtenção dos dados coletados das fontes secundárias e primária (entrevista), foram desenvolvidas as ações de metodização e organização das informações retornadas, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo que, para Lakatos e Marconi (2018), intenta identificar o teor significativo dos dados

coletados e compreender a realidade estudada.

Nesse sentido, as informações bibliográficas e documentais reunidas trataram de subsidiar a identificação, análise e criação da TS. Já as informações retornadas da entrevista buscaram evidenciar as percepções e julgamentos acerca da TS criada, bem como sua viabilidade e aplicabilidade para o público-alvo.

Desta forma, o transcurso metodológico desta pesquisa culminou na obtenção dos dados que foram dispostos em tabelas, esquemas gráficos, quadros e outros recursos necessários para melhor analisar o conteúdo dessas informações, conforme demonstrado no capítulo a seguir.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa, serão analisados os resultados obtidos no decorrer da pesquisa, elencando-os conforme foram ordenados nos objetivos propostos, quais sejam: identificação e análise dos modelos de mapeamento voltados para povos e comunidades tradicionais (conforme demonstrado no Quadro 5, disposto no item 4.1); a criação de um modelo de mapeamento, em formato de guia, para auxiliar os povos tradicionais a mapearem seus produtos intelectuais, conforme visualizado no Apêndice C; e o processo de validação deste modelo.

A etapa da validação da TS envolveu a aplicação de um roteiro de entrevista semi estruturado (Apêndice B), adaptado de Nascimento (2012), que tratou de cinco critérios: (i) o objetivo; (ii) a organização; (iii) o estilo da escrita; (iv) a aparência; finalizando com (v) a motivação. Esses critérios visam alcançar a validação de face e de conteúdo do modelo de mapeamento proposto como produto desta pesquisa.

4.1 Identificação e análise dos Modelos de Mapeamento para Povos e Comunidades Tradicionais

O mapeamento/inventário participativo feito em comunidades tradicionais, baseado nos saberes e experiências dos povos tradicionais que nelas habitam, é um processo de reconhecimento de território onde esses povos atuam em prol do próprio desenvolvimento, pois busca apreender os conhecimentos necessários para identificar e inventariar seus recursos (IDESAM, 2010).

Nesse sentido, o mapeamento participativo é uma ferramenta que pode trazer clareza às informações, conhecimentos, inovações e/ou à percepção de territorialidade, elementos estes que podem ser identificados em uma comunidade

tradicional. Para Linhares e Umbelino (2017), é a partir desse formato de mapeamento que os povos tradicionais podem tornar visíveis as necessidades das suas comunidades, tanto para a autogestão desses territórios (planejamento e tomada de decisão), quanto para a criação de políticas públicas voltadas para esses povos e/ou essas localidades.

A participação dos povos tradicionais nos processos de inventários tem crescido de modo significativo. Em geral, para realizar esses mapeamentos são feitas parcerias com organizações externas à Comunidade, sendo algumas até de fora do Brasil, conforme demonstrado no Quadro 4, que reúne alguns mapeamentos realizados a partir dos anos 2000.

Quadro 4. Mapeamentos realizados a partir dos anos 2000.

Projeto	Objetivo	Organização	Local/Ano
Mapeamento Participativo das Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi	Valorizar o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais acerca de seus territórios.	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque e a ONG <i>The Nature Conservancy</i>	Amapá/2001
Etnozoneamento - Terra Indígena Mamoadate	Contribuir com o processo de autonomia desses povos, respeitando a diversidade cultural.	Povos indígenas Manchineri e Jaminawa, executado por consultores e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Acre.	Acre/2005
Etnomapeamento na Terra Indígena Poyanawa	Treinar a comunidade por meio de oficinas de etnomapeamento para que o território fosse mapeado abrangendo os mais variados temas e a localização de recursos.	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá, com apoio da ONG <i>The Nature Conservancy</i> (TNC) e Fundação Gordon and Betty Moore.	Acre/2006
Elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo	Auxiliar o processo de regularização fundiária do território quilombola Castainho	Desenvolvida no Projeto de Infraestrutura Geoespacial Nacional, coordenada pelo IBGE e University of New Brunswick – UNB.	Pernambuco/2007
Mapa participativo inédito: expando os impactos do avanço da soja sobre a floresta.	Expor os impactos negativos da produção da soja na região oeste do Pará (identificando pontos de desmatamentos, entre outros problemas relacionados ao avanço desordenado da soja na localidade).	Realizado pelas comunidades de Santarém e Belterra (Pará) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém	Pará/2009
Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais da Floresta Estadual de Maués.	Caracterizar o uso dos recursos naturais realizado pela população residente e usuária da Floresta Estadual de Maués.	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM	Amazonas/2010
Mapeamento participativo e sua importância na identidade territorial de Barro Vermelho, Santo Amaro - Bahia.	Proporcionar aos habitantes das comunidades rurais a espacialização da propriedade e o entendimento da sua identidade territorial.	Realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Bahia/2011
Mapeamento participativo e uso do SIG: FLONA de Tefé AM.	Analisar o uso da terra e auxiliar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação,	Floresta Nacional (as comunidades ribeirinhas auxiliaram nas confecções dos mapas).	Amazonas/2012

Fonte: Adaptado de Linhares e Umbelino (2017).

Os projetos demonstrados no Quadro 4 tabela acima tiveram os seus objetivos voltados para a conscientização de direitos pertencentes às comunidades e à valorização da cultura desses povos. As criações (materiais e imateriais) pertencentes aos povos tradicionais são construídas de forma coletiva, são parte das suas identidades culturais e torna-os protagonistas e detentores de uma herança ancestral que deve ser valorizada.

Nesse contexto, Almeida (2013) considera que esses povos devem ser reconhecidos como guardiões dos conhecimentos específicos e não apenas como cuidadores das florestas e/ou fornecedores de insumos para laboratórios, pois são esses grupos que mantêm o saber-fazer ancestral em contínua transformação.

Ainda sobre o reconhecimento e protagonismo das populações tradicionais, Silva e Silva (2019) defendem que os mapeamentos participativos realizados devem dar o devido destaque aos relatos dos grupos específicos, pois essa ferramenta vem se tornando um meio para que as comunidades possam materializar todas as suas experiências e particularidades que as vinculam aos seus territórios tradicionais. Essa importância direcionada para os atores sociais envolvidos no projeto pode permitir que esses grupos controlem as narrativas sobre os seus saberes, vivências e ancestralidades.

Entende-se que um mapeamento elaborado por um corpo técnico oficial traz em seu escopo um poder institucional no que se refere às informações, o que pode divergir do real “olhar” da comunidade (SILVA; SILVA, 2019).

Neste sentido, a identificação e análise dos modelos de mapeamentos/inventários direcionados para as populações tradicionais, torna possível ponderar acerca do quanto de autonomia essas ferramentas proporcionam às comunidades na realização dos seus auto mapeamentos, quais são os objetivos e instrumentos utilizados para a sua aplicação, bem como os elementos que os compõem.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível reunir alguns instrumentos que foram elaborados para tratar das temáticas: povos tradicionais, patrimônio cultural (conhecimentos difusos, construções, entre outras manifestações culturais), gestão do território, entre outras demandas, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5. Identificação de mapeamentos para povos tradicionais.

Título	Objetivo (s)	Ferramenta (s)	Público(s)-alvo(s)
<p>Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC (IPHAN, 2000) (A)</p>	<p>“Identificar e documentar bens culturais de qualquer natureza para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratand-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação; Propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados; Aprofundar os resultados dessa varredura preliminar por meio do contato direto com as populações envolvidas; Subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades considerada; Facilitar a comparação entre diferentes regiões e oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas sociais na área do patrimônio; Incentivar a interlocução entre os profissionais (técnicos e acadêmicos, de várias especialidades) que trabalham na área do patrimônio, fortalecendo um padrão de conduta intelectual que diferencia o IPHAN desde as suas origens; Sugerir uma agenda de questões teóricas e práticas que sirva como ponto de partida a um aprofundamento de métodos e conceitos que aproxime, nos trabalhos de campo, as disciplinas que se dedicam à temática do patrimônio, especialmente a arquitetura e a antropologia e que o delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes: saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana; linguagens musicais, iconográficas e performáticas; espaços em que se produzem as práticas culturais” (IPHAN, 2000, p. 8-25).</p>	<p>“Levantamento preliminar; Identificação; Documentação; Fichas de identificação; Questionários e Fichas de campo” (IPHAN, 2000, p. 35-36).</p>	<p>“Equipes técnicas qualificadas para sua aplicação, sob acompanhamento e supervisão direta e permanente do IPHAN” (IPHAN, 2000, p. 8).</p>

<p>Diagnóstico Rural Participativo (DRP, 2010) (B)</p>	<p>“Apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável; Impulsionar a autoanálise e a autodeterminação de grupos comunitários; Obtenção direta de informação primária ou de "campo" na comunidade; complementaridade de informação recebida pelas diferentes fontes, mantendo, assim, um cruzamento de dados que incrementa a precisão crítica de análise” (DRP, 2010, p. 12-14).</p>	<p>Observação participante; Entrevistas Semi-estruturadas; Mapas e Maquetes; Travessia; Calendários e uso do tempo; Diagramas; Matrizes; Análises de Gênero; Questionários; Fotos (aéreas e satélites); Análise de dados secundários.</p>	<p>“Constituir-se numa ferramenta didática, acessível e de fácil entendimento, para ser usada como referência tanto aos processos de capacitação, como na auto-capacitação dos Agentes de Ater em seus diferentes níveis de atuação e que possa ser útil também para as entidades e integrantes da comunidade” (DRP, 2010, p. 3-14).</p>
<p>Guia orientador para Mapeamentos junto aos Povos e comunidades Tradicionais de matriz africana (2016) (C)</p>	<p>“Apresentar critérios gerais para ações de mapeamento, mantendo o foco em oferecer propostas e possibilidades metodológicas replicáveis; Colaborar para a qualificação das informações coletadas por diferentes atores e instituições, sejam elas governamentais ou não; Qualificar e incentivar a realização de mapeamentos socioeconômicos, tanto por entes públicos, quanto pela sociedade civil organizada; e, também, fomentar a criação de um módulo no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que sistematize as informações produzidas e contribua para a implementação e focalização das políticas públicas; Buscar o aperfeiçoamento desta ferramenta de gestão de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, reunindo instrumentos que permitem a ampliação de cartografias, a produção de subsídios e de indicadores para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas específicas para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” (GPMAF, 2016, p. 4-5).</p>	<p>“Atividade de lançamento do projeto, envolvendo as lideranças e membros das Casas Tradicionais de Matriz Africana, gestores públicos, conselheiros de instâncias de promoção de direitos, imprensa, etc; Elaboração e distribuição de materiais impressos, informando e qualificando a ação, inclusive conceitualmente, como folder e folheto; Potencialização das mídias negras e comunitárias enquanto divulgadoras e colaboradoras para o controle social; Informativos sobre o andamento da pesquisa; Produção e publicação de material para divulgação dos resultados quantitativos e qualitativos; Atividade devolutiva dos resultados do mapeamento, com a participação dos diversos atores protagonistas do processo; Grupo Focal; Entrevistas Semi Estruturadas” (GPMAF, 2016, p. 31-48).</p>	<p>“Qualificar e incentivar a realização de mapeamentos socioeconômicos, tanto por entes públicos, quanto pela sociedade civil organizada” (GPMAF, 2016, p. 5).</p>
<p>Desenvolvimento Organizacional Participativo (DOP) – Fortalecimento de Organizações de</p>	<p>“Promover o fortalecimento e o desenvolvimento de organizações de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, por meio de processos de mudanças organizacionais, sendo um instrumento de apoio aos técnicos e assessores de organizações de Ater; Qualificar consultores e técnicos que, em suas práticas,</p>	<p>Ferramentas Técnicas: A organização como Metáfora; Iceberg; Pesquisa de Fatos; Ciclo de Vida;</p>	<p>“Servir à capacitação de técnicos das instituições de Ater, diretamente relacionados à assessoria na gestão de organizações econômicas de base familiar na região amazônica” (DOP,</p>

<p>Base (3° Ed. 2019) (D)</p>	<p>têm uma atuação direta com as organizações de base, apoiando-as no seu fortalecimento e desenvolvimento, por meio da consultoria e/ou assessoria organizacional como processo sistêmico” (DOP, 2019, p. 3-5).</p>	<p>Linha da Vida; Mapa Falado; Diagrama de Venn; Arco-Íris; Paisagem Organizacional; Análise de Envolvidos; Rotina Organizacional; Mapa de Recursos Financeiros; Modelo Tetraédrico; Plano de Intervenção.</p> <p>Ferramentas Conceituais: FOFA; Plano Mensal; Matriz de Influência; Modelo de Câmbio Sócio-Técnico; Mudança Organizacional e Hierarquia; Projetos de Mudanças; Modelo de Intervenção.</p>	<p>2019, p. 3).</p>
<p>Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo (2008) Metodologia de mapeamento cultural colaborativo. – Brasília: ACT Brasil, 2008. 76 p.; il. (E)</p>	<p>“Pretende oferecer aos leitores conhecimento básico acerca das técnicas utilizadas para a elaboração de mapas culturais, procedimento esse feito com e, principalmente, pelas comunidades” (MMCC, 2008, p. 6).</p>	<p>“1° Oficina: apresentar a equipe técnica à comunidade; explicar a natureza dos trabalhos; informar as fases do trabalho e as formas de participação; definir, de acordo com a comunidade, a área a ser pesquisada e o que será representado no mapa; escolher e capacitar os pesquisadores; realizar exercícios práticos; entregar aos pesquisadores o material de trabalho; 2° Oficina: Apresentar e avaliar os dados coletados na primeira fase de campo; verificar possíveis dúvidas, dificuldades, falhas, omissões e espaços não mapeados/pesquisados; interagir pesquisadores e equipe técnica; socializar as</p>	<p>“Destinado a pessoas ou instituições que trabalham com comunidades tradicionais, nas quais observa-se a necessidade de iniciar um processo de mapeamento cultural de seus territórios” (MMCC, 2008, p. 6).</p>

		<p>informações coletadas em campo; trocar experiências entre as equipes de pesquisadores; replicar os modelos de sucesso; escolher novas categorias que irão representar as legendas adicionais e o desenho dos símbolos; transcrever e revisar os dados coletados em campo; preparar as folhas e orientar a segunda fase de coleta de dados em campo;</p> <p>1° Etapa do Trabalho de Campo: coletar informações com os moradores da área de pesquisa de cada equipe de pesquisadores e incluir esses elementos nos mapas. Os informantes da comunidade podem ser pescadores, caçadores, anciãos, mulheres, pajés, etc.</p> <p>3° Oficina: Receber e avaliar os dados coletados na segunda fase de campo; verificar se foram sanadas as dúvidas, dificuldades, falhas e omissões detectados na oficina anterior; escolher o nome do mapa e os símbolos das bordas; definir a escala de impressão.</p> <p>2° Etapa do Trabalho de Campo: corrigir, junto com a comunidade, as informações já obtidas e coletar as que ainda</p>	
--	--	--	--

		<p>estejam faltando; Revisão Final do Mapa: apresentar aos pesquisadores e à comunidade uma versão preliminar dos mapas; proporcionar aos pesquisadores e à comunidade a oportunidade de avaliar os trabalhos de edição cartográfica executados em gabinete; revisar os trabalhos; identificar possíveis erros ocorridos nos trabalhos de gabinete; validar comunitariamente a conclusão dos trabalhos desenvolvidos com a apresentação e revisão do seu produto final, os mapas culturais; Entrega dos Mapas: apresentar o resultado do trabalho – o mapa propriamente dito – às autoridades, aos parceiros, à comunidade e suas lideranças e demais interessados” (MMCC, 2008, p. 11).</p>	
<p><i>Manual para la implementación del Proceso de identificación y recomendaciones de salvaguardia de las manifestaciones del patrimonio cultural inmaterial (Bogotá - Colombia, 2007)</i> (F)</p>	<p><i>“Pretende que las comunidades se apropien, creen y transmitan su patrimonio cultural, a partir de la identificación de las manifestaciones que lo conforman, la evaluación de su situación actual, el análisis de los riesgos que amenazan su expresión y la recomendación de acciones para su salvaguardia. Busca resaltar el carácter dinámico de las manifestaciones, la relación que tienen con la comunidad que las detenta y el contexto en el que se inscriben” (MPIRS, 2007, p. 11-12).</i></p>	<p><i>“Formación de alianzas estratégicas y gestión institucional; Sensibilización y presentación del proceso a la comunidad; Identificación de las manifestaciones a partir de fuentes documentales; Delimitación del área de estudio; Identificación de manifestaciones en campo; Registro de la información; Redacción de la ficha de registro; Discusión con la comunidad; Informes de avance, informe final y productos; Divulgación de los resultados a las comunidades, las autoridades locales y la ciudadanía en general” (MPIRS, 2007, p. 23 -27).</i></p>	<p><i>“Se dirige a las entidades públicas y privadas, y a los investigadores que trabajan aspectos relacionados con el patrimonio cultural inmaterial o áreas afines; específicamente, a las universidades, las organizaciones no gubernamentales, las fundaciones, las entidades rectoras de cultura (distritales, municipales y departamentales), los gestores culturales y los portadores de la tradición interesados en identificar, valorar y salvaguardar las manifestaciones del patrimonio cultural inmaterial” (MPIRS, 2007, p.12).</i></p>

As informações encontradas nos instrumentos acima descritos subsidiaram o processo de comparação (convergências e divergências) entre as tecnologias apresentadas, conforme é demonstrado no decorrer desta análise. Estas foram identificadas pelo seu título na primeira coluna da tabela, mas, para facilitar o processo de comparação entre elas foi inserido, abaixo dos seus títulos, as letras (maiúsculas) do alfabeto, quais sejam: **A, B, C, D, E e F**.

É importante ressaltar que, com base nas características dos modelos de mapeamento, observadas na coluna que trata do público a quem eles se destinam, foi possível inferir que esses instrumentos não foram criados para capacitar específica ou exclusivamente aos povos e comunidades tradicionais, mas sim para treinar membros externos à comunidade, preferencialmente pertencentes às organizações (governamentais ou não), para executar trabalhos relacionados aos povos tradicionais.

Nesse sentido, a justificativa de inserção desses instrumentos no bojo desta pesquisa está amparada pela possibilidade de utilizá-los dentro dos territórios tradicionais, com vistas ao levantamento de dados antropológicos, patrimoniais, culturais, territoriais, entre outras informações relevantes acerca desses povos.

Diegues (2000) aponta para a importância desses levantamentos, em virtude da diversidade de populações, saberes e inovações criadas pelos grupos específicos encontrados no Brasil, bem como da quantidade expressiva de mapeamentos realizados por diversas Instituições como universidades, centros de pesquisa, cientistas estrangeiros, ONGs, entre outras organizações, tornando-se necessário, também, fazer um inventário dos mapeamentos realizados por essas entidades como forma de reunir e catalogar esses dados.

A formação de um corpo técnico capaz de atuar nos inventários realizados nesses territórios é identificada de modo claro e objetivo nos instrumentos **B e D**, que tratam especificamente da capacitação do profissional da área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Em consonância aos citados anteriormente, o instrumento **A** busca supervisionar de maneira direta e permanente a equipe técnica que for utilizá-lo.

Contudo, de modo mais abrangente, os instrumentos **C, E e F** destinam-se a entes variados como setores públicos, privados, organizações não governamentais

entre outros atores sociais que trabalham com esta temática. Contudo, como mencionado, os instrumentos não se destinam, exclusivamente, aos povos e comunidades tradicionais, o que pode indicar certa dependência de um agente externo nos processos de inventários dentro das comunidades.

Acerca dos objetivos propostos em cada instrumento, ressalta-se que foram verificadas ações que buscam, inicialmente, orientar quanto aos procedimentos necessários para realizar mapeamentos (conforme observado nos instrumentos **C** e **E**), perpassando por motivações mais amplas que visam impactar na comunidade e na sociedade em geral, como vistas nos instrumentos **F**, **D**, **B** e **A**.

Ressalta-se que é possível identificar essas motivações em todos os instrumentos analisados (**A**, **B**, **C**, **D**, **E** e **F**), haja vista que o foco das metodologias é obter o máximo de dados sobre a comunidade (todos os aspectos considerados relevantes) para que seja possível atuar na gestão e no desenvolvimento sustentável desses territórios, tratando ainda de proteger os povos e todo o arcabouço intelectual (saberes, práticas e inovações) gerado das suas interações e descendências.

Acerca dos aspectos das metodologias encontradas, mais especificamente das ferramentas necessárias para que seja possível aplicá-las nas comunidades, identificou-se o **contato inicial com a comunidade** como um elemento presente em todas as metodologias apresentadas neste tópico. Este contato acontece para apresentar o projeto/objetivo do mapeamento e a verificação da anuência quanto à sua realização, podendo ser realizado por meio de uma reunião simples, sem muitos materiais para apresentação ou por meio de oficinas mais elaboradas.

A partir da análise, foi possível observar que as ferramentas usadas nos instrumentos sendo que, alguns deles apresentam mais recursos que outros, conforme pode ser verificado nos instrumentos **B**, **D**, **E** e **F**. Foi possível averiguar também que há ferramentas que são utilizadas em quase todos os instrumentos tais como: questionários, entrevistas e fichas de campo.

Cumprе salientar que as ferramentas utilizadas em todos os instrumentos requerem a atuação de um técnico (seja individual ou em equipe) que possa instruir no uso, objetivo, coleta e tratamentos dos dados que, possivelmente, serão gerados pelos métodos.

Neste sentido, entende-se que só é possível fazer uso desses dispositivos a

partir da formação de uma equipe composta por técnicos e equipamentos que os permitam atuar de forma mais profissional dentro da comunidade. Ainda cabe destacar que, por mais que este seja um processo participativo, onde a comunidade tem a prerrogativa de anuir ou não sobre a entrada e permanência de pessoas externas à sua convivência, bem como fornecer os dados que a comunidade julgar relevante acerca dos aspectos que formam a sua identidade cultural, ainda assim, há uma dependência de terceiros que executam o seu auto mapeamento.

Desta forma, vê-se que a autonomia lhe é cedida em parte, pois a direção de como ocorrerá todo esse processo de inventário inicia-se a partir das coordenadas dada pela equipe técnica, que é quem detém o conhecimento no uso dos instrumentos, bem como do tratamento dos dados retornados dos levantamentos realizados, o que pode gerar interpretações divergentes do observado pela comunidade, enquanto detentora e fornecedora das informações coletadas.

A partir da análise dos instrumentos dispostos, foi composta uma tecnologia social direcionada especificamente às comunidades tradicionais, com o objetivo de guiá-las na realização dos auto mapeamentos para inventariar os seus produtos intelectuais.

Essa TS intenta promover a autonomia necessária para que os povos tradicionais possam realizar todo esse processo com a participação da comunidade, sem gerar os custos que, geralmente, acabam onerando essas iniciativas como os gastos com pessoal, equipamentos, logísticas, entre outros aspectos que permeiam a execução desses projetos.

4.2 Criação da metodologia de mapeamento dos conhecimentos tradicionais para o Povo Tremembé da Barra do Mundaú

A partir da identificação e análise dos instrumentos expostos, foi possível criar uma tecnologia social, expressa nesta pesquisa como um guia, que contempla em seu conteúdo informações básica acerca da propriedade intelectual dos povos tradicionais, suas divisões (patrimônio cultural e conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético), juntamente com as orientações necessárias para que a comunidade faça o inventário dos seus produtos intelectuais, identificando tudo o que foi criado baseado no seu conhecimento tradicional e difuso. Esses temas são apresentados e exemplificados para a melhor assimilação do conteúdo.

Para compor o conteúdo da TS foram consultados artigos científicos, dissertações, teses, guias, entre outras bibliografias para selecionar, conforme a percepção da autora, os temas que pudessem servir de base para que a comunidade compreenda o que é um produto intelectual e, a partir deste conhecimento, consiga identificá-lo no seu território.

Acerca dos temas que compõem o conteúdo do Guia de Mapeamento (Apêndice C), produto desta pesquisa, estes foram fundamentados nos estudos dos seguintes autores, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6. Temáticas que compõem a Tecnologia Social.

TEMÁTICAS	AUTORES
Tecnologia Social	<ul style="list-style-type: none"> • Christopoulos (2011); • Fundação Banco do Brasil (2017).
Bens Intelectuais dos Povos Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Wipo (2016).
Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil (2015); • UFRGS (2007); • Santilli (2004).
Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • IPHAN (2014).
Mapeamento Participativo	<ul style="list-style-type: none"> • ACT (2008).
Salvaguarda da Propriedade Intelectual dos Povos Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • López et al. (2012).

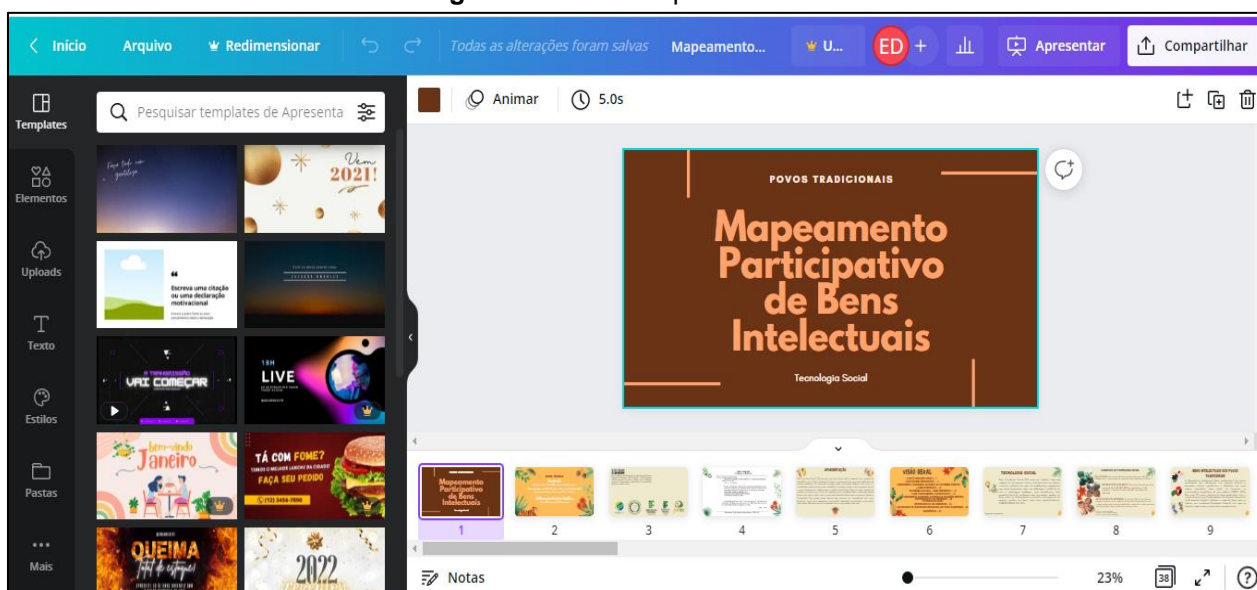
Fonte: Elaboração própria (2021)

Outro autor que baseou o conteúdo do Guia, mais especificamente com as ações que compõem o processo de mapeamento dentro da comunidade, foi Verdejo (2003), que contribuiu com a caracterização das atividades e com as sugestões de materiais que podem ser utilizados pela comunidade na execução do seu auto mapeamento.

Salienta-se que para a construção do Guia utilizou-se o *site Canva*, que reúne ferramentas que auxiliam no design gráfico, em forma de templates, para que possam servir de base para a criação de guias, convites, infográficos, entre outras criações digitais.

A Figura 9 permite visualizar como o Guia estava disposto na plataforma Canva, as abas com sugestões de elementos, bem como a caixa de busca para outras ferramentas:

Figura 9. O Guia na plataforma Canva.



Fonte: própria autora (2022).

Optou-se por utilizar tons terrosos nas cores do Guia e algumas páginas em tons mais claros, principalmente as que trazem mais conteúdo, para melhor visualização das informações. Ressalta-se que os elementos/figuras utilizados para as marcações/margens das páginas são da própria plataforma e da versão gratuita. Ainda sobre a caracterização do Guia, buscou-se utilizar uma linguagem acessível e exemplos fotográficos para demonstrar melhor sobre o que se está explicando.

Neste contexto, intenta-se que o Guia possa ser utilizado em outras comunidades, para além do Povo Tremembé da Barra do Mundaú. Entende-se que um projeto de inventário pode ser dispendioso em diferentes aspectos para a comunidade, tais como o financeiro, a quebra da rotina, fluxo de terceiros dentro do território, entre outros.

O Guia intenta auxiliar outros povos que não possuem estrutura (de qualquer natureza) para iniciar o seu auto mapeamento de produtos intelectuais e poder ser visto como uma forma a mais de promover, proteger e valorizar tudo o que é criado por meio dos conhecimentos e inovações dos povos tradicionais.

Neste cenário, vê-se a importância de validar esta tecnologia junto ao Povo Tremembé, conforme demonstrado no tópico seguinte, para que ela possa ser verificada, moldada e direcionada para os protagonistas e detentores reais das informações, saberes e inovações provenientes dos conhecimentos difusos: os povos e comunidades tradicionais.

4.3 Validação da Tecnologia Social: o Guia e sua utilização pelo Povo Tremembé da Barra do Mundaú

Conforme já mencionado neste estudo, o processo de validação da TS foi feito por meio de entrevista semi estruturada, conforme roteiro adaptado de Nascimento (2012), (Apêndice B).

Nesse sentido, prosseguiu-se a entrevista com base nos seguintes critérios, quais sejam: objetivo, organização, estilo da escrita, aparência e motivação, que buscam verificar a validação de face e de conteúdo. Para Williamson (1981) e Pasquali (1997), a validação de face é a parte básica analisada pelos participantes que terão contato com o instrumento e depende de outros critérios para ser compreendida como medida de validação. Já a validação de conteúdo, conforme preceituam Polit e Beck (2011), busca analisar e compreender, de modo holístico, os conteúdos que compõem o instrumento e o parecer resultante dessa análise são feitos a partir das experiências/práticas do avaliador.

Dentre os critérios que foram abordados na entrevista, o objetivo, quesito que versa acerca dos propósitos, metas e finalidades para o alcance da utilização da tecnologia social, foi o primeiro a ser avaliado. Na perspectiva do sujeito, o guia que pretende orientar a comunidade no processo de identificação dos seus bens intelectuais atinge de modo satisfatório os objetivos propostos.

Em relação à contribuição para a qualidade de vida em comunidade, foi externado que o Guia contribui para essa qualidade, pois busca valorizar, por meio do mapeamento, os saberes e inovações gerados por ela. Por conseguinte, foi questionado se o modelo de mapeamento estava adequado para ser utilizado pela comunidade, sendo a resposta positiva, conforme argumento mencionado no item sobre a qualidade de vida: a importância da valorização do que é da comunidade, fruto do trabalho e doação do próprio povo.

No que diz respeito à organização, item que trata da forma de apresentação das orientações para o uso do Guia, mais precisamente sobre o quantitativo de atividades propostas na tecnologia social, foram apontadas como adequadas, pois o Guia propõe 2 atividades para ser realizada pela comunidade: mapeamento de patrimônio cultural e mapeamento de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. Acerca da relevância, para a comunidade, dos temas tratados

na TS, foi respondido que são proeminentes, pois permitem que a comunidade identifique mais produtos intelectuais dentro do seu território e expanda a compreensão sobre patrimônio, mapeamento participativo e salvaguarda de bens.

Sobre o quesito estilo da escrita, tópico referente às características linguísticas e a compreensão da tecnologia social, foi destacado que, quanto aos itens estilo e linguagem o material é de fácil compreensão, destacando o entrevistado que, na leitura inicial, feita sem a participação dos outros moradores da comunidade, foi sentido certo grau de dificuldade na compreensão do Guia, mas que esta barreira foi sanada a partir do momento que outros membros da comunidade foram convidados a ler junto e compartilhar suas compreensões sobre a TS.

Ainda sobre os itens que compõem o quesito anterior, mais especificamente acerca dos exemplos utilizados para facilitar a compreensão do conteúdo do Guia, foi respondido que estes itens estão adequados, pois facilitaram o processo de entendimento, principalmente em grupo, a respeito da aplicação do mapeamento na comunidade, bem como foi possível conhecer outros exemplos de bens intelectuais, baseados na compreensão do grupo e conhecimento do seu território, após analisar a tecnologia.

É importante informar que, após a análise do estilo da escrita da TS, foi perguntado ao participante se este teria alguma sugestão de tema, exemplos ou atividades que pudessem compor o Guia, sendo respondido que não havia propostas até o momento da entrevista, mas que seria verificado isso com a comunidade e, caso houvesse, posteriormente seria informado. Contudo, não houve contato ou sugestões da comunidade para compor o guia, até o fechamento desta pesquisa.

Acerca do quesito aparência, que se refere às características que avaliam o grau de significação da tecnologia social, bem como as questões que envolvem a expressividade e complementação dos textos a partir do uso das ilustrações e/ou fotografias, foi respondido que, conforme ocorreu com os exemplos, no tópico que tratou sobre o estilo da escrita e significação, as ilustrações/fotografias contribuíram para que a comunidade compreendesse melhor o conteúdo e fizesse associações com a própria realidade vivenciada dentro do território tradicional (modo de vida, conhecimentos tradicionais, inovações), além de possibilitar aos participantes mais informações acerca da identificação dos seus bens intelectuais.

Neste último quesito analisado, que trata da motivação, buscou-se compreender a capacidade da tecnologia social em causar algum impacto, motivação e/ou interesse. Os itens que compõem esse quesito buscaram verificar se o Guia é apropriado para o perfil do território/comunidade que está utilizando-o; se os temas que constam no Guia são apresentados de forma lógica e se eles promovem alguma interação com a comunidade; se o Guia aborda os assuntos necessários ao mapeamento dos bens intelectuais da comunidade; se o Guia inspira à mudanças de comportamento e atitude da comunidade perante a importância de mapear seus bens intelectuais e, por último, se ele propõe conhecimentos relevantes à comunidade.

As respostas sobre o quesito citado no parágrafo anterior estão dispostas conforme se encontram a ordem de apresentação dos itens, a saber: o guia foi considerado adequado para o território Povo Tremembé da Barra do Mundaú. Os temas apresentados no guia estão em ordem lógica e tornam necessárias a interação com a comunidade, pois é o povo que cria o conhecimento e ajuda a desenvolvê-lo dentro da comunidade, por isso é importante que a própria comunidade possa fazer esse trabalho de pesquisa dos seus bens intelectuais.

Mantendo-se na análise dos itens do último quesito, foi possível conferir com o participante que o Guia abordou os assuntos necessários para o mapeamento dos bens intelectuais, juntamente com a produção de conhecimentos relevantes à comunidade, pois, a partir da leitura do guia, foi possível entender que o mapeamento, além de contribuir com a valorização do conhecimento ancestral, pode também inspirar à criação de novas técnicas tradicionais, novos conhecimentos, haja vista que o mapeamento organiza as informações/dados e os traz para a superfície, possibilitando uma melhor visualização de todo o conhecimento engendrado no território.

O mapeamento, para o Povo Tremembé da Barra do Mundaú, é mais uma oportunidade de valorizar os seus conhecimentos e divulgá-los para a sociedade, como um convite para que mais pessoas possam conhecer sua cultura e reconhecer a relevância e o significado de ser Povo Tremembé.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos específicos enfrenta, ainda hoje, percalços causados por fatores que perpassam a insuficiência de atuação dos aspectos legislativos até ao processo oneroso (em diversos aspectos) que é executar projetos de mapeamento dentro dos territórios dos povos tradicionais.

Neste cenário, a pesquisa possibilitou construir e validar uma tecnologia social, em formato de Guia, que pode contribuir para que as comunidades tradicionais, representadas neste estudo pelo Povo Tremembé da Barra do Mundaú, façam o seu auto mapeamento de bens intelectuais existentes na comunidade. Foi evidenciado no processo de validação da TS que é possível utilizá-la para atender as demandas acerca da identificação e mapeamento dos saberes e inovações que são produzidos em seus territórios.

Os conteúdos trabalhados neste estudo contribuíram para a compreensão da importância de proteger o conhecimento tradicional do uso indevido por terceiros (externos à comunidade), possibilitou identificar algumas características que podem compor um bem intelectual existente em uma comunidade tradicional, permitiu conhecer alguns modelos de mapeamento que foram utilizados para inventariar diferentes aspectos de um território tradicional, bem como apresentou o trabalho do NEABI, do IFCE, frente à missão de integrar o ensino, a pesquisa, a extensão e a sociedade em prol do combate ao racismo, ao desrespeito e a desvalorização das contribuições dos povos tradicionais para a formação da nossa cultura.

Quanto ao atendimento dos objetivos propostos para esta pesquisa, em atenção ao objetivo específico que trata da identificação e análise dos modelos de mapeamento direcionados para os povos tradicionais, conclui-se que a tarefa foi atendida, com base na criação do quadro que contemplou os modelos de mapeamentos selecionados para a observação de algumas características que os compunham, sendo um total de 6 instrumentos.

Em atenção ao objetivo específico que trata da criação de um guia de mapeamento, feito para ser o produto desta pesquisa, entende-se que foi concluído, conforme pode ser verificado no apêndice C deste trabalho. Ainda sobre os objetivos específicos, mais precisamente sobre o que trata da validação da tecnologia, conclui-se que esta etapa foi atendida com base na realização da entrevista feita

com o participante que representou o Povo Tremembé da Barra do Mundaú, juntamente com a presença do NEABI do IFCE nesse processo.

Neste cenário, conclui-se que o objetivo geral desta pesquisa, bem como a sua questão norteadora foram alcançados e respondidos, respectivamente, haja vista ter sido validado o modelo de mapeamento de bens intelectuais, proposto para o Povo Tremembé da Barra do Mundaú inventariar os seus saberes, práticas e inovações, respondendo, de maneira afirmativa, acerca da adequação do Guia para ser utilizado pela comunidade.

Em consonância ao exposto no decorrer desta pesquisa, buscou-se contribuir com a criação de um guia para que os povos tradicionais possam identificar seus bens intelectuais como forma de diminuir as demandas de tempo, recursos humanos, financeiros e estruturais que requerem uma pesquisa desse porte.

Pretendeu-se contribuir, também, para o reconhecimento e valorização dos saberes e produtos intelectuais pertencentes aos povos tradicionais e de modo a possibilitar que a comunidade adquira autonomia para realizar seu auto mapeamento e que produza as informações dos seus territórios conforme julgarem relevante, tendo o poder de controlar as suas narrativas.

Desta forma, entende-se que pesquisas futuras que tratam sobre a temática da propriedade intelectual dos povos tradicionais, sua salvaguarda, bem como sua organização dentro do território são relevantes para a sociedade, principalmente nos eixos do ensino, da pesquisa e da inovação, bem como podem promover a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Acerca do mercado, caso haja interesse da comunidade em divulgar/partilhar os seus bens intelectuais e, haja acordos vantajosos (tratando aqui da repartição de benefícios conforme melhor lhe aprouver), esse tipo de temática poderia trazer impacto positivo na economia.

Ressalta-se que essa iniciativa de divulgar ou não tudo aquilo que é produzido, oriundo do conhecimento difuso e, possivelmente, comercializar esse *know-how*, deve partir da comunidade que detém esses saberes e, qualquer que seja a decisão, esta deve ser respeitada.

REFERÊNCIAS

ACT BRASIL. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo**. Série Mapeamento, manejo e proteção; nº 1. 76 p.; il. Brasília, 2008 – ISBN: 978-85-99991-04-6. Disponível em: <https://cutt.ly/ggJqkNO>. Acesso em: 06 nov. 2020.

ALMEIDA, A. W. B. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. Povos e Comunidades Tradicionais. Manaus: PNCSA/UEA, 2013.

ARAÚJO, F. E.; ANJOS, R. S.; ROCHA-FILHO, G. B. **Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações**. Boletim de Geografia, v. 35, n. 2, p. 128-140, 1 dez. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/qBJY6. Acesso em: 17 out. 2020.

BARBOSA, F. **Biodigestor - Inovações tecnológicas que transformam vidas no Semiárido brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/XU5iRHQ>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015**. Regulamenta dispositivos da Constituição Federal, Convenção da Diversidade Biológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Guia orientador para mapeamentos junto aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana**. 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/YgYu6AU>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - NDD/CEBRAP. **Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais: avaliação crítica da disciplina jurídica brasileira**. Série Pensando o Direito, n. 36, Brasília – DF. 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/ngl0aSU>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/TgDp95m>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Global. 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/qgDzZX3>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Disponível em: <https://cutt.ly/zgDEKXB>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/wgFtoVA>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade. Departamento de Conservação de Ecossistemas. **O processo brasileiro de construção da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade - EPANB - Caminhos e lições aprendidas.** 2018a. Disponível em: <https://cutt.ly/lgGgAqN>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006.** Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/LgGABW2>. Acesso em 05 nov. 2020.

BREDE, D; CAPORAL, L. F. R (Org.). Desenvolvimento organizacional participativo (DOP). Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/dU5jSOf>. Acesso em 08 dez. 2021.

CANCIAN, V. **Funasa apoia OTSS Bocaina no intercâmbio de tecnologias sociais.** 2019. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/>. Acesso 07 nov. 2020.

COLETIVO QUILOMBO. **Mapeamento biorregional participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental.** 2011. Disponível em <https://cutt.ly/0U5p9hu>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA - CDB. **Guia para entender e participar efetivamente da 8ª reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica.** 2005. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/entendendo%20e%20infiuenciando%20a%20CDB.pdf Acesso em: 30 nov. 2019.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B da. **Procedimentos metodológicos.** 6. ed. Petrópolis - RJ: VOZES, 2015.

COELHO, M. D. D. **Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais: uma análise discursiva decolonial sobre o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos [dissertação].** Goiás: Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PRPG); 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/HgPBOZa>. Acesso em: 02 nov. 2020.

CHAVES, C. R. **O discurso manifesto jamais-dito do mapa: mapeamento participativo com pescadores da baía de Guanabara.** Rio Claro - SP, Ano XIII, v. 1, n. 1, p. 79. 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/zgHVug9>. Acesso em: 06 nov. 2020.

CHRISTOPOULOS, T. P. **Tecnologias sociais.** Rev. Adm. Empres, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 109, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v51n1/11.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.

CRISPIM, M. **Povo Tremembé realiza tradicional festa do murici e do batiputá.** 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/oU5pg65>. Acesso em: 04 jan. 2022.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. Disponível em: <https://cutt.ly/pTWCYE8>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FERREIRA, M. C. **Povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú.** 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/FU5pSho>. Acesso em: 02 jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORAYEB, A. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis.** Oficina do eixo Erradicação da Miséria. 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/SgHWdrU>. Acesso em 06 nov. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **Missão, Visão e Valores.** 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/iU5saDp>. Acesso em: 29 dez. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **Resolução nº 71, de 31 de julho de 2017.** Aprova o Regimento Interno dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Instituto Federal do Ceará. Disponível em: <https://cutt.ly/qU5snKr>. Acesso em: 04 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **NEABI inicia atividades em Canindé.** 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/AU5sXm9>. Acesso em 04 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **NEABI.** 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/eU5dwQx>. Acesso em: 02 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **NEABI.** 2020a. Disponível em: <https://cutt.ly/QU5dlvS>. Acesso em: 03 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE. **Palestra/Oficina: Medicina tradicional do povo Tremembé da Barra do Mundaú - saberes e sabores que alimentam e curam.** Samuel Nascimento de Castro - Agente

Indígena de saneamento. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/UU5dlhG>. Acesso em: 02 jan. 2022.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS. **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social**. In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: encurtador.com.br/vFX46. Acesso em: 17 mai. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - IDESAM. **Mapeamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais da Floresta Estadual de Maués**. 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/jTOtgWU>. Acesso em: 18 nov. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LINHARES, T. DOS S.; UMBELINO, L. F. **Mapeamento participativo**: subsídio à gestão participativa e ao manejo sustentável de recursos naturais de comunidades tradicionais. Sociedade e Território, v. 29, n. 1, p. 50-70, 28 ago. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/1Tnt0Td>. Acesso em 16 nov. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINELLI, B. M.; NUNES, J. W. **Saberes tradicionais, seu lugar na estrutura de ciência e tecnologia e o potencial da pesquisa intercultural**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/IgSWbIF>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MENDONÇA, A. W. **Metodologia para estudo de caso**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. 99 p.

MINISTÉRIO DE CULTURA. **Manual para la implementación del Proceso de identificación y recomendaciones de salvaguardia de las manifestaciones del patrimonio cultural inmaterial**. Bogotá, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/NU5kf7R>. Acesso em: 08 dez. 2021.

NASCIMENTO, M. H. M. **Tecnologia para mediar o cuidar-educando no acolhimento de “familiares cangurus” em unidade neonatal**: estudo de validação [dissertação]. Belém: Universidade do Estado do Pará; 2012. Disponível em: encurtador.com.br/cuVYZ. Acesso em: 04 out. 2020.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA - NEABI. **Núcleo de estudos afro-brasileiro e indígena**. Local: Umirim-CE. 2020. Slide. 08 p.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA - NEABI. **NEABI - UMIRIM**. Local: Umirim-CE. 2021. Slide.17 p.

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria e aplicações**. Brasília (DF): UnB; 1997.

PASSONI, I. **Irma Passoni explica valores da tecnologia social**. Revista Fórum, p. 1-5, 8 fev. 2012. Disponível em: encurtador.com.br/eqOWZ. Acesso em: 29 set. 2020.

POLIT D. F; BECK C. T. **Fundamentos de Pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para as práticas da enfermagem. 7a ed. Porto Alegre (RS): Artmed; 2011.

RODRIGUES, R. **Estudo inédito sobre povos tradicionais contribui para preservação de territórios no Ceará**. G1, Ceará, 25, nov. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/sm3vncy>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SANTILLI, J. **A biodiversidade e as comunidades tradicionais**. 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/SgSOQR9>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SANTOS, A. M.; KOZEL, S. **Cartografias como denúncia**: as ameaças às Terras Indígenas no Estado de Rondônia. Rev. Geografias, 26 (2), 31-53. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/BgJyUG1>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Tecnologias Sociais**: como os negócios podem transformar comunidades. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/vgKrigL>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SILVA, G. C.; GONÇALVES, C. U. **Análise da cartografia social na auto representação das comunidades tradicionais e o conflito do desenvolvimento**. Recife, Rev. de Geografia, v. 36, n.º 2. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/tgHH0Zx>. Acesso em 06 nov. 2020.

SILVA, A. M. S.; SILVA, C. A. **Mapeamentos sociais como ferramenta para o reconhecimento dos raizeiros do município de Mirabela-MG**. Minas Gerais, VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais - Direitos e Bem Viver. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/yTOUZ9W>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAPA DA TI BARRA DE MUNDAÚ E LIMITES DA APA – ESTUÁRIO RIO MUNDAÚ. **Tremembé da Barra**, 2020. Disponível em: <https://tremembedabarra.wordpress.com/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM. **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**. 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1CkU0TSys_PkUTKCxSOVfau1vOg-F5TS6/view. Acesso em: 02 out 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Propriedade intelectual: guia prático**. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/6gJipuE>. Acesso em: 07 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. **O que são tecnologias sociais**. 2016. Disponível em: <http://tecnologiasocial.sites.uff.br/o-que-sao-tecnologias-sociais/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: una guía práctica**. Santo Domingo - Centro Cultural Poveda, 2003. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Republica_Dominicana/ccp/20120731033315/diagrural.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

VIANA, L. A.; NASCIMENTO, J. L. J. e; MEIRELES, A. J. A. **Complexos eólicos e injustiças ambientais: Mapeamento participativo e visibilização dos conflitos provocados pela implantação de parques eólicos no Ceará**. Rev. Geografar, Curitiba, v.11, n.1, p. 64-83, jul. 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/ggHfvIK>. Acesso em: 06 nov. 2020.

WILLIAMSON, M.Y. **Research methodology and its application to nursing**. New York (NY/USA): John Wiley & Sons; 1981.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION - WIPO. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual**. Nota Informativa N° 1. 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/RgOWYbj>. Acesso em: 01 dez. 2019.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION - WIPO. **Comissão Intergovernamental da OMPI sobre a propriedade intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o Folclore**. Nota Informativa N° 2. 2016a. Disponível em: <https://cutt.ly/tgOWWQF>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. **Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais**. Ambient. Soc., Campinas, v. 10, n. 1, p. 39-55, jun. 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/dgPn67J>. Acesso em: 01 nov. 2020.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa intitulado **“METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS INTELECTUAIS DO POVO TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ”**, que tem como objetivo validar um modelo de mapeamento de bens intelectuais que viabilize inventariar os conhecimentos tradicionais. Os objetivos secundários desta pesquisa são: (I) identificar e analisar os modelos de mapeamento voltados para povos e comunidades tradicionais; (II) criar um modelo de mapeamento que auxilie os povos tradicionais a mapearem seus produtos intelectuais; e (III) validar esse modelo de mapeamento com o intuito de verificar sua adequação ao objetivo proposto. A pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora **EMMILLE ARRUDA DIOGENES**, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. **CÉLIA REGINA SIMONETTI BARBALHO** e coorientação da Prof.^a Dr.^a. **ROSANA ZAU MAFRA**, limitando-se somente à proposição do modelo de mapeamento de bens intelectuais oriundos do conhecimento tradicional, haja vista que ações acerca dos processos de identificação, mapeamento, reconhecimento e solicitação de proteção legal para qualquer bem inventariado não farão parte da pesquisa, estas são etapas que extrapolam este estudo.

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) por fazer parte de uma comunidade tradicional que participa de ações junto ao NEABI-IFCE. Além disso, considera-se que sua participação trará subsídios para a possível proposição do modelo de mapeamento de bens intelectuais dos povos e comunidades tradicionais. Tal proposição intenta contribuir para o conhecimento, inventário e guarda dos saberes, vivências e inovações geradas por esses povos. O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que receberá durante a realização desta, no município de Umirim-CE, no período de 08 a 10 de novembro de 2021. Sua participação consistirá em avaliar o modelo de mapeamento criado e preencher a um questionário que trata das percepções sobre a tecnologia e sua aplicabilidade. Solicito ainda do(a) Sr.(a), quando necessário, autorização para registro de imagem, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo à sua pessoa, às comunidades e/ou ao NEABI-IFCE, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Desta forma, somente imagens autorizadas serão registradas e publicadas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta, os riscos para o(a) Sr.(a) e as prevenções relacionadas são as que seguem:

1. *Riscos de constrangimento, intimidação, vergonha, invasão de privacidade, ansiedade, receio, desconforto, estresse ou cansaço*: para saná-los, esclarecer o conteúdo da pesquisa e o tempo de sua duração logo da solicitação/convite para a assinatura deste termo; a participação é voluntária e será garantido o direito ao participante de não responder a qualquer pergunta do questionário, o participante estará ciente que o preenchimento pode ser feito em local reservado, conforme sua escolha; após a coleta de dados, o participante poderá solicitar a exclusão das informações prestadas de forma parcial ou integral. Se necessário, o sujeito participante da pesquisa poderá ser atendido por um serviço especializado de saúde por meio de atendimento psicológico.;
2. *Vazamento de dados por texto, áudio, imagem ou vídeo*: as informações obtidas através destas ferramentas serão armazenadas em local seguro e serão de inteira responsabilidade do pesquisador;
3. *Confidencialidade*: caso não seja do interesse o nome do interlocutor não será identificado no questionário de coleta de dados, sendo atribuída numeração ordinal como critério de organização; os dados serão analisados em conjunto com os de outros participantes e não haverá divulgação de informações entre os mesmos; somente o pesquisador terá acesso aos dados coletados, se comprometendo em manter sigilo e confidencialidade das informações onde a pesquisa será realizada;
4. *Situações de vulnerabilidade do potencial participante*: caso haja a identificação de alguma situação de vulnerabilidade antes que a coleta de dados seja iniciada, a pesquisa será automaticamente cancelada; se houver a identificação de vulnerabilidade após a coleta de dados, as informações serão descartadas;
5. *Compreensão incorreta dos questionamentos e respostas*: ao início da pesquisa será informado ao participante que durante a coleta de dados, qualquer dúvida será sanada pelo responsável da pesquisa;
6. *Visita in loco do pesquisador*: muitas vezes essas localidades podem ser de difícil acesso, instabilidade na comunicação por rede celular, assim como a possibilidade de periculosidade por possível contato com animais peçonhentos ou selvagens que pertencem àquele habitat natural. Neste sentido, as atividades inerentes à aplicação do questionário terão acompanhamento de um médico com a finalidade de precaver possíveis sinistros.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: propiciar habilidades aos povos e comunidades tradicionais para mapearem e, possivelmente, protegerem seus bens intelectuais, além de provavelmente despertar o interesse de associações, cooperativas, secretarias de desenvolvimento econômico e social dos Estados e Municípios para a formulação de políticas públicas, entidades internacionais que tratam sobre o tema, pesquisadores que podem contribuir para o avanço técnico-científico.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. O pesquisador responsável garante ao(à) Sr(a) e seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido à sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Salienta-se que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a "transporte" e "alimentação", mas a tudo o que for necessário ao estudo. A forma de ressarcimento será mediante pagamento de real em espécie, moeda corrente brasileira.

O pesquisador responsável garante ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela sua participação na pesquisa, além do direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da sua participação no estudo, pelo tempo que for necessário. O pesquisador responsável garante ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável a qualquer tempo para informação adicional no endereço: Rua Dom Antônio Lustosa, nº 20, Passaré, Manaus/AM. CEP: 60862-070, por meio do nº de contato (92) 98229-2165 ou nos endereços eletrônicos: [emmille.diogenes@ifce.edu.br/](mailto:emmille.diogenes@ifce.edu.br) emmille.diogenes@gmail.com.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente,

criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

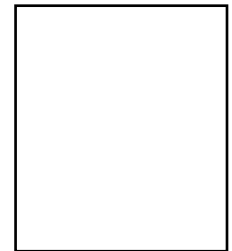
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

_____, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável



APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista adaptado de Nascimento (2012)

Proposta de Metodologia de Identificação de Bens Intelectuais: validação pelo NEABI do IFCE.

Data: __/__/__

Identificação (pseudônimo):

Instruções para a apresentação ao participante:

Baseado no seu contato com a tecnologia social em formato de mapeamento de bens intelectuais para os povos e comunidades tradicionais, responda às questões abaixo.

Ressalta-se que **não** existem respostas certas ou erradas. **Somente a sua opinião importa.**

Responda a todos os itens, se possível.

1 - OBJETIVO: refere-se aos propósitos, metas ou finalidades que se deseja alcançar com a utilização da tecnologia social:

1.1 O modelo de mapeamento atende aos objetivos de vocês?

1.2 Contribui para a qualidade de vida de vocês na comunidade?

1.3 O modelo de mapeamento está adequado para ser usado por vocês?

2 - ORGANIZAÇÃO: refere-se à forma de apresentar as orientações quanto ao uso da tecnologia social:

2.1 O número de atividades propostas na tecnologia social está adequado?

2.2 Os temas tratados na tecnologia social possuem aspectos relevantes para vocês?

3 - ESTILO DA ESCRITA: refere-se às características linguísticas e compreensão da tecnologia social:

3.1 A escrita está em estilo adequado e em linguagem de fácil compreensão?

3.2 O estilo da redação corresponde ao nível de conhecimento de vocês?

3.3 Os exemplos utilizados para facilitar a compreensão do conteúdo estão adequados?

3.4 O vocabulário utilizado é acessível?

3.5 O texto que compõe as orientações quanto ao mapeamento está claro?

4 - APARÊNCIA: refere-se às características que avaliam o grau de significação da tecnologia social:

4.1 As ilustrações/fotografias ajudam a complementar os textos?

4.2 As ilustrações/fotografias são expressivas e suficientes?

5 - MOTIVAÇÃO: refere-se à capacidade da tecnologia social em causar algum impacto, motivação e/ou interesse:

5.1 A tecnologia social é apropriada para o perfil do Território / Povo Tradicional que está utilizando-a?

5.2 Os temas apresentados na tecnologia social se apresentam de forma lógica?

5.3 A interação com a comunidade é promovida pelos textos. Sugere ações?

5.4 A tecnologia social aborda os assuntos necessários ao mapeamento dos bens intelectuais da comunidade?

5.5 A tecnologia social convida/inspira a mudanças de comportamento e atitude da comunidade perante a importância de mapear seus bens intelectuais?

5.6 A tecnologia social propõe conhecimentos para vocês?



FICHA TÉCNICA

Conteúdo

Mestranda: Emmille Arruda Diogenes

Orientadora: Célia Regina Simonetti Barbalho

Coorientadora: Rosana Zau Mafra

Editoração/Projeto Gráfico

Emmille Arruda Diogenes



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional. Os textos contidos nesta publicação podem ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.





Ficha Catalográfica Catalogação na Publicação

D591m Diogenes, Emmille Arruda.

Mapeamento participativo de bens intelectuais. / Emmille Arruda Diogenes. –
Manaus: UFAM, 2021.

27 p. : il. ; 29,7x21 cm.

Produto da Dissertação – Proposta de metodologia de identificação de bens
intelectuais: validação pelo NEABI do IFCE. (Mestrado Profissional em
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). –
Universidade Federal do Amazonas, 2021.

Orientadora: Célia Regina Simonetti Barbalho.

Coorientadora: Rosana Zau Mafra.

1. Propriedade Intelectual - Brasil. 2. Povos tradicionais. 3. Tecnologia Social.
I. Barbalho, Célia Regina Simonetti (Orient.). II. Mafra, Rosana Zau (Coorient.).
III. Universidade Federal do Amazonas. IV. Título.

CDD – 346.81

Elaborado por Layde Dayelle dos Santos Queiroz – CRB-11/980



APRESENTAÇÃO



Esta Tecnologia Social (TS), expressa em forma de um guia, foi pensada com o objetivo de possibilitar que os Povos Tradicionais façam o mapeamento dos seus bens intelectuais de maneira autônoma. As atividades propostas nesta ferramenta intentam guiar você e a comunidade a qual você faz parte a identificar e inventariar tudo o que é produzido por ela e que é baseado nos conhecimentos e práticas tradicionais (fruto do saber passado de geração a geração) como forma de contribuir para o reconhecimento e valorização desses ativos, com vistas a inibir o uso e apropriação indevidos desses bens por terceiros alheios à Comunidade. Para tanto, alguns termos base precisam ser apresentados, tais como: tecnologia social, bens intelectuais (propriedade intelectual), mapeamento participativo, entre outras definições que são importantes para a compreensão deste guia.



VISÃO GERAL

O QUE É TECNOLOGIA SOCIAL?... 7

O QUE SÃO BENS INTELECTUAIS? ... 9

**CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO
– COMO IDENTIFICAR? ... 12**

PATRIMÔNIO CULTURAL – COMO IDENTIFICAR? ... 14

O QUE É MAPEAMENTO PARTICIPATIVO? ... 16

**CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO:
IDENTIFICANDO NA SUA COMUNIDADE ... 22**

**PATRIMÔNIO CULTURAL:
IDENTIFICANDO NA SUA COMUNIDADE ... 24**

SALVAGUARDA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS POVOS TRADICIONAIS ... 26

REFERÊNCIAS ... 27

TECNOLOGIA SOCIAL



Uma Tecnologia Social (TS) pode ser definida como um conjunto de ferramentas criadas e/ou baseadas nos saberes e técnicas coletivas, por meio de mobilizações comunitárias que visam desenvolver ações que melhorem a qualidade de vida e solucionem problemas reais identificados pela população local. É geralmente uma ferramenta simples, de baixo custo, de fácil manuseio, acessível e pode impactar de maneira positiva no lugar onde está inserida/aplicada (CHRISTOPOULOS, 2011).

EXEMPLOS DE TECNOLOGIA SOCIAL



CATA LETRAS: Tecnologia Social socioeducativa que atua na alfabetização e letramento de catadoras de materiais recicláveis.

BIODIGESTOR SERTANEJO: Tecnologia Social que evita a emissão de GÁS METANO na atmosfera e pode substituir o gás de cozinha utilizado para fazer as refeições.

ARQUITETURA NA PERIFERIA: Tecnologia Social que oferece assessoria técnica para mulheres da periferia, treinando-as com conhecimentos nas áreas de instalação, construção e reformas para que elas possam fazer melhorias em suas casas.

Cata Letras - <https://cutt.ly/kTqE8UR>

Biodigestor Sertanejo - <https://cutt.ly/yTqE04Q>

Arquitetura na Periferia - <https://cutt.ly/WTqRqoX>

BENS INTELECTUAIS DOS POVOS TRADICIONAIS



A Propriedade Intelectual (bens intelectuais) dos povos tradicionais está relacionada aos saberes, práticas e inovações criadas, consolidadas e difundidas por esses grupos específicos como forma de preservar as características identitárias de suas culturas (WIPO, 2016). Para esta TS, serão considerados bens intelectuais toda a criação baseada nos Conhecimentos Tradicionais Associados ao Patrimônio Genético (plantas e animais), bem como os saberes que constituem Patrimônio Cultural, tais como as danças, comidas típicas, entre outras manifestações.

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO

**DEFINIÇÕES NA LEI
DA BIODIVERSIDADE
Nº 13.123/2015**



É denominado Patrimônio Genético (PG) toda a informação proveniente de espécies animais, vegetais, microbianas ou de outras espécies (incluindo também as substâncias que venham do metabolismo destes seres vivos).

GUARANÁ - <https://cutt.ly/ATqS9xk>.

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO

**DEFINIÇÕES NA LEI
DA BIODIVERSIDADE
Nº 13.123/2015**



A partir da ideia do que é PG, passa-se à definição do que é considerado Conhecimento Tradicional Associado (CTA), que é toda informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional acerca da propriedade ou uso direto ou indireto das espécies animais, vegetais, microbianas, bem como as substâncias que venham do metabolismo destes seres vivos.

GUARANÁ - <https://cutt.ly/ATqS9xk>.

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO – COMO IDENTIFICAR?



É um saber que se diferencia do conhecimento tradicional (somente), pois atrela a informação obtida ao uso do patrimônio genético. Como exemplo dessa distinção temos a confecção de uma renda: tecê-la de modo diferente pode ser considerado um conhecimento tradicional, mas saber qual planta pode fornecer o melhor corante para tingi-la é um conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético (UFRGS, 2007?).

GUARANÁ - <https://cutt.ly/ATqS9xk>.

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO – COMO IDENTIFICAR?



Outros exemplos de CTA: saberes relacionados às plantas e suas propriedades (medicinais, estética, entre outras finalidades que podem ser identificadas para as espécies animais e vegetais); técnicas de manejo de recursos naturais; de caça e pesca; saberes relacionados à agricultura; observação e apropriação das informações relacionadas ao uso e características da diversidade biológica (SANTILLI, 2004).

GUARANÁ - <https://cutt.ly/ATqS9xk>.

PATRIMÔNIO CULTURAL – COMO IDENTIFICAR?



É denominado patrimônio cultural as práticas, saberes, inovações, bem como os locais que recebem manifestações coletivas realizadas por povos tradicionais, englobando as festas, rezas, músicas, brincadeiras, contos, encenação artística, comidas, entre outras manifestações culturais que são atreladas à identidade, à cultura da comunidade (IPHAN, 2014).

Frevo - <https://cutt.ly/jTwDaTw>

Boi Bumbá - <https://cutt.ly/xTwDngJ>



EXEMPLOS DE BENS INTELECTUAIS



CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO

PATRIMÔNIO CULTURAL



Extração do óleo de Andiroba

<https://cutt.ly/MTwQU4f>



Pó de Guaraná

<https://cutt.ly/UTwWbjQ>



Frevo (PE)

<https://cutt.ly/ZTwSrVq>



Acarajé (BA)

<https://cutt.ly/JTwSdBM>

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO



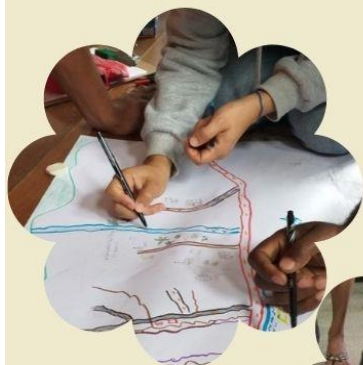
O Mapeamento Participativo é uma ferramenta estratégica que pode tornar possível o engajamento comunitário para a realização de objetivos estabelecidos pela coletividade. Por ser um instrumento representativo, o mapeamento pode gerar conhecimento acerca do patrimônio material e imaterial existente no lugar, auxiliando na autogestão da comunidade, que poderá tomar decisões e traçar estratégias baseados nas informações retornadas dos encontros e atividades realizadas com todos que compõem o corpo social do local (ACT, 2008).

POR QUE MAPEAR?



Identificar e mapear os bens intelectuais dos povos tradicionais podem proporcionar à comunidade autonomia e protagonismo na produção dos dados que poderão compor **sistemas de informações governamentais, matérias jornalísticas, pesquisas científicas**, entre outras veiculações de informações acerca da sua propriedade intelectual, com vistas à inibir o uso e apropriação indevidos dos seus saberes, práticas e inovações. É possível que as informações constantes no mapeamento **servam** também de **consulta e resgate de saberes** dentro do próprio território tradicional.

EXEMPLOS DE MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS



PROJETO POVOS: mapeamento participativo para auxiliar na caracterização de territórios tradicionais (cartografia social).



MAPEAMENTO BIORREGIONAL: mapeamento feito nas comunidades tradicionais costeiras, usado como ferramenta na promoção da educação ambiental e no trato das questões sociais.



PARQUES INFANTIS: mapeamento participativo sendo feito com o engajamento de crianças que desejam planejar/criar parques infantis.

PROJETO POVOS - <https://cutt.ly/uTwxWIA>
MAPEAMENTO BIORREGIONAL - <https://cutt.ly/gTwxV7k>
PARQUES INFANTIS - <https://cutt.ly/lTwx6W5>

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO



Nesta TS, o mapeamento/inventário é delineado em cinco etapas básicas, onde cada etapa representa uma ação que chama para a participação da comunidade, de modo a construir juntos cada informação, extraíndo de cada pessoa aquilo que ela julgar relevante e imprescindível de mapear sobre os conhecimentos, práticas e inovações do seu povo, do seu território, da sua ancestralidade.



MAPEAMENTO PARTICIPATIVO



Título da atividade/tema: mapear os bens intelectuais a partir do levantamento do Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético e/ou do Patrimônio Cultural pertencente à Comunidade.



Objetivo/propósito: identificar, com base nas informações compartilhadas pela comunidade, os saberes, práticas e inovações que fazem parte do seu cotidiano, da sua história e do seu modo de vida para, posteriormente, organizar essas informações nas duas categorias estabelecidas nesta TS: Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético e Patrimônio Cultural.



Tempo de realização: 3h a 4h (ou quanto tempo for necessário).

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO



Ferramentas: utilizar caneta, lápis, pincel, giz, folha de papel, chão, entre outros materiais que vocês tenham disponíveis e julguem necessário para as atividades.



Passo a passo: formem um grupo que possa contribuir com informações sobre o conhecimento e modo de vida da Comunidade, expliquem o objetivo da atividade e os materiais disponíveis. A intenção é identificar esses bens intelectuais e categorizá-los conforme a divisão estabelecida neste guia, que deve ser lido por completo, a fim de que vocês conheçam algumas características que retratam o Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético e o Patrimônio Cultural.

CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO: IDENTIFICANDO NA SUA COMUNIDADE



Propósito: listar quais os produtos e/ou serviços fazem parte da vivência da comunidade e são baseados no conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.



Questão: É possível identificar (no seu território) planta, animal, vegetal e/ou substâncias de quaisquer outras espécies (patrimônio genético) que sejam utilizadas pela sua comunidade (para qualquer finalidade)?

Atividade Proposta
(caso a resposta seja SIM)



Verifique, junto ao grupo que está contribuindo com informações, os seguintes dados iniciais:

- a) Qual o tipo de patrimônio genético (planta, animal, etc.) foi identificado?
- b) Por qual nome ele é conhecido na comunidade?
- c) É possível obter uma imagem (foto ou desenho) dele?
- d) Para qual finalidade ele é utilizado (tratar doenças, higiene, cosmético, etc.)?
- e) Como é feito o preparo para utilizá-lo?
- f) Qual o modo de usar (passar na pele, ingerir, aplicar, etc.)?
- g) É um produto ou serviço?

IMPORTANTE: a comunidade é livre para inserir quaisquer outros dados (além dos sugeridos acima) no seu mapeamento.

PATRIMÔNIO CULTURAL: IDENTIFICANDO NA SUA COMUNIDADE



Propósito: listar quais as práticas, saberes, inovações, entre outras manifestações que são atreladas à identidade, ao modo de vida da coletividade residente neste território tradicional



Questão: É possível identificar no seu território celebrações, formas de expressão, saberes, modos de fazer, construções, lugares, entre outras manifestações culturais que envolvam a comunidade?

Atividade Proposta
(caso a resposta seja SIM)



Verifique, junto ao grupo que está contribuindo com informações, os seguintes dados iniciais:

- a) Qual o tipo de patrimônio cultural (celebrações, lugares, modo de fazer, etc.) foi identificado?
- b) Por qual nome ele é conhecido na comunidade?
- c) É possível obter uma imagem (foto ou desenho) dele?
- d) Para qual finalidade/objetivo esse patrimônio foi criado (reza, reunião com a comunidade, celebração, etc.)?
- e) Existe um passo a passo para realizar e/ou observar esse patrimônio (quantitativo de pessoas, data específica de realização, horários adequados, etc.)?

IMPORTANTE: a comunidade é livre para inserir quaisquer outros dados (além dos sugeridos acima) no seu mapeamento.

Verifique, junto ao grupo que está contribuindo com informações, os seguintes dados iniciais:

- a) Qual o tipo de patrimônio cultural (celebrações, lugares, modo de fazer, etc.) foi identificado?
- b) Por qual nome ele é conhecido na comunidade?
- c) É possível obter uma imagem (foto ou desenho) dele?
- d) Para qual finalidade/objetivo esse patrimônio foi criado (reza, reunião com a comunidade, celebração, etc.)?
- e) Existe um passo a passo para realizar e/ou observar esse patrimônio (quantitativo de pessoas, data específica de realização, horários adequados, etc.)?

IMPORTANTE: a comunidade é livre para inserir quaisquer outros dados (além dos sugeridos acima) no seu mapeamento.

SALVAGUARDA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS POVOS TRADICIONAIS

É a partir dos dados identificados/inventariados no mapeamento que se torna possível definir qual a proteção mais adequada para o (os) bem (ns) intelectual (is) identificado (s) do levantamento. As salvaguardas, conforme vemos abaixo, variam de acordo com a necessidade de cada item, podendo envolver ajuda financeiro (qu pode contribuir para a transmissão dos saberes), bem como a divulgação da existência de grupos sociais específicos (povos e comunidades tradicionais) como forma de garantir o fortalecimento dos seus direitos (LÓPEZ et al, 2012).



REFERÊNCIAS

ACT BRASIL. Metodologia de mapeamento cultural colaborativo. Brasília, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/ggJqkNO>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015. Regulamenta dispositivos da Constituição Federal, Convenção da Diversidade Biológica e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/3TqG1KJ>. Acesso em: 26 de set. de 2021.

CHRISTOPOULOS, T. P. Tecnologias sociais. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 51, n. 1, p. 109, fev. 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/cTqAoV0>. Acesso em: 26 de set. de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Patrimônio imaterial. 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/0TqJ3Ig>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

LÓPEZ, G. C. L. (Coord.); AZEVEDO, C.; OLIVEIRA, A. G. Proteção aos conhecimentos dos povos indígenas e das sociedades tradicionais da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2012. 25 p., il. Disponível em: <https://cutt.ly/DTeoXpV>. Acesso em: 06 de nov. de 2021.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos Tradicionais associados à Biodiversidade: elementos para a construção de um Regime Jurídico Sui Generis de Proteção. In: VARELLA, Marcelo Dias & BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (Org.). Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais (Coleção Direito Ambiental, 2). Ed. Del Rey: Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://cutt.ly/jTqHYk0>. Acesso em: 26 de set. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Conhecimento tradicional associado. [2007?]. Disponível em: <https://cutt.ly/sTqJbK8>. Acesso em: 31 de out. de 2021.

ANEXO A - Termo de Anuência da Organização



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “PROPOSTA DE METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS INTELECTUAIS: VALIDAÇÃO PELO NEABI DO IFCE” sob a coordenação e responsabilidade da pesquisadora Sra. EMMILLE ARRUDA DIOGENES, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nesta organização, no período de 03/11/2021 a 05/11/2021.

Umirim/CE, 29 de outubro de 2021.

Antonia Sandra de Lima Soares

Antonia Sandra de Lima Soares
Coordenadora do NEABI – Umirim/IFCE


ANEXO B – Aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética


Figura 9. Print screen referente à aprovação do projeto de pesquisa no CEP/CONEP/UFAM.

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROPRIEDADE INTELECTUAL E POVOS TRADICIONAIS: MAPEAMENTO DE ATIVOS INTELECTUAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS
Pesquisador Responsável: EMMILLE ARRUDA DIOGENES
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 39722820.5.0000.5020
Submetido em: 19/11/2020
Instituição Proponente: Faculdade de Estudos Sociais
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1644501



Fonte: Plataforma Brasil (2022).